

PN.ABP-258

82717

***A Construção Cultural
dos "Meninos de Rua" no
Rio de Janeiro: Implicações para
a Prevenção de HIV/AIDS***

Patrick Larvie
Comitê de Desenvolvimento Humano
Universidade de Chicago

AIDSCOM

Academy for Educational Development

***A Construção Cultural
dos "Meninos de Rua" no
Rio de Janeiro: Implicações para
a Prevenção de HIV/AIDS***

Patrick Larvie
Comitê de Desenvolvimento Humano
Universidade de Chicago

1992

AIDS Public Health Communication Project — AIDSCOM, objectiva desenvolver e demonstrar estratégias de comunicação em saúde pública e métodos para prevenir o HIV/AIDS. AIDSCOM tem patrocínio da United States Agency for International Development através do Setor de Educação, Saúde e População do Bureau for Research and Development—Contrato N° DPE-5972-Z-00-7070-00. O Projecto AIDSCOM é coordenado pela Academy for Educacional Development, com a colaboração da Johns Hopkins University e da Porter/Novelli.

AGRADECIMENTOS

Este relatório foi elaborado depois de uma pesquisa de campo feita no Rio de Janeiro entre julho e dezembro de 1991. Durante esse período, e enquanto escrevia o relatório final, contei com o apoio, ajuda e orientação de muitas pessoas.

Em Washington, D.C., David Zucker e Robert Porter deram o apoio institucional de AIDSCOM, a entidade que identificou a necessidade desta pesquisa e financiou o projeto. Richard Parker, Carmen Dora Guimarães, e Paulo Longo colaboraram com AIDSCOM no Rio de Janeiro e deram um apoio crucial à elaboração da pesquisa e do relatório final. Sem a ajuda dos grupos que trabalham diretamente com os meninos e meninas que moram e/ou trabalham nas ruas do Rio de Janeiro, a elaboração deste projeto não teria sido possível. Infelizmente, é impossível agradecer nominalmente a todos mas quero destacar a ajuda de Ovídio López, Maria Elena Solano e Patricia do escritório de Childhope no Rio; a equipe do Centro Brasileiro da Defesa da Criança e do Adolescente; a equipe da Cruzada do Menor, e, especificamente a equipe do projeto Meninos do Rio.

Durante o tempo que passei no Rio, tive o privilégio de conhecer, trabalhar e trocar idéias com um grupo muito especial de pessoas que chegaram a ser amigos também. Kate Schechter, Veriano Terto Jr., Jared Braiterman, Ranulfo Cardoso Jr., Silvia Ramos, Sylvio de Oliveira, Sergio Carrara, Cristiana Bastos, Jorge Beloqui, Socorro, Myra, Julia, Chuck e Luis, além de oferecer idéias e inspiração, me ensinaram que a ciência pode ser divertida, mesmo quando eu estava trabalhando com um tema que parece, e é, tão depriminte.

Devo muito também aos meninos, meninas, e adultos que trabalham e moram nas ruas do Rio de Janeiro que colaboraram comigo durante a pesquisa de campo. Foram eles que me ajudaram a entender como a convergência de burocracia, intolerância, negligência, e oportunismo é capaz de produzir (e gerenciar) um desastre social.

SUMARIO

RESUMO EXECUTIVO	1
INTRODUÇÃO	3
Objetivos da pesquisa e metodologia	4
Considerações demográficas	5
Desconstrução dos "meninos de rua"	5
Métodos de coleta de dados	6
Considerações sociais e geográficas neste estudo	7
Jovens que vivem nas ruas no Centro e na Zona Sul do Rio	8
A VIDA NAS RUAS	10
Copacabana—Praça Serzedelo Correia	13
Mecanismos de diferenciação social e marginalidade—meninos bons e meninos maus	14
Marginalidade e o rótulo "meninos de rua"	15
Práticas sexuais e <i>status</i> social	16
Diferenças entre os jovens	18
Copacabana—Praça do Lido	18
Centro	20
Homens que assumem uma identidade homossexual	22
INSTITUIÇÕES E ORGANIZAÇÕES QUE AFETAM OS JOVENS QUE VIVEM NAS RUAS	24
"MENINOS DE RUA": A CRIAÇÃO DE UMA CATEGORIA DE SERVIÇO SOCIAL	27
"Meninos de rua" e a prestação de serviços sociais	30
Serviços sociais e a formação de grupos na rua	32
PRÁTICAS SOCIAIS, PRÁTICAS SEXUAIS: A CONSTRUÇÃO DO DESEJO E DA NECESSIDADE, DO RISCO E DA SEGURANÇA	33
Necessidades e desejos: a estrutura cultural em que a sexualidade adolescente é discutida e praticada	33
Além da "sexualidade de sobrevivência"	35

Mentiras padronizadas e histórias roteirizadas	35
A "rua" como categoria social	38
Os preservativos e a rua	38
A informação sobre a HIV/AIDS e a rua	41
A prostituição e os jovens na rua	43

**IMPLICAÇÕES E RECOMENDAÇÕES PARA A
PREVENÇÃO CONTRA HIV/AIDS**

Algumas sugestões de futuras pesquisas	44
Algumas sugestões quanto à comunicação	46

NOTAS	50
--------------------	-----------

RESUMO EXECUTIVO

O que se segue é o relatório final de um estudo etnográfico de seis meses de duração sobre crianças que moram e trabalham nas ruas do Rio de Janeiro. O objetivo básico do projeto de pesquisa era documentar as práticas sociais e os comportamentos que colocavam os jovens que vivem nas ruas sob risco de infecção pelo HIV.

O estudo é limitado quanto a tempo e escopo geográfico, focalizando dois lugares em Copacabana e um lugar no Centro onde o pesquisador teve contato com crianças e adolescentes que moravam e trabalhavam nas ruas. As entrevistas qualitativas tiveram prioridade em relação à coleta de dados quantitativos; a amostra dos jovens que vivem nas ruas entrevistada pelo pesquisador não é necessariamente representativa de todos os jovens que vivem nas ruas. Educadores de rua e outras pessoas que trabalham com jovens que vivem nas ruas também foram entrevistados.

As crianças e adolescentes que vivem e trabalham nas ruas do Rio não pertencem a um único grupo homogêneo. Existe um alto grau de diferenciação entre as populações que vivem nas ruas, incluindo os que são legalmente menores. Conexões com a casa e com a família, acesso à trabalho gerador de renda, atitudes e práticas relacionadas às drogas e ao crime, preferência e identidade sexuais são algumas das principais marcas de diferença entre os jovens que vivem nas ruas. A identificação com uma área particular da cidade, com grupos de colegas, ou mesmo com programas voltados para os "meninos de rua" são outros fatores que diferenciam segmentos da população que vive nas ruas. Nem todos os menores do ponto de vista legal que moram e trabalham nas ruas em todo o tempo ou parte do tempo consideram-se "meninos de rua". O rótulo é muitas vezes recusado por estar carregado de estigma e ser sinal de marginalidade.

Os grupos que vivem em três áreas do Rio são descritos e contrastados para demonstrar as maneiras em que ocorre a diferenciação social. Existe um processo de seleção mútua entre os programas para "meninos de rua" e os jovens que moram e trabalham nas ruas. Muitos dos jovens que têm acesso a recursos que lhes permitem manter-se sem ajuda desses programas preferem não receber tal ajuda. Não querem ser, e não querem ser considerados, "meninos de rua". O acesso aos serviços prestados pelos programas para "meninos de rua" às vezes é difícil. Alguns programas chegam a ser identificados com determinados grupos; jovens que não pertencem a estes às vezes não conseguem acesso. Em um caso descrito no relatório, jovens homossexualmente identificados tiveram acesso a um programa que fornecia serviços relacionados à saúde. Tal programa acabou sendo definido por outros jovens que viviam nas ruas como sendo de "viado". Os programas, assim como os grupos de jovens que vivem nas ruas, podem ser territoriais; as rivalidades existem e podem explodir em brigas.

A expressão "meninos de rua" significa, em alguns casos, uma categoria de serviço social que não inclui necessariamente todos os jovens que moram e trabalham nas ruas. Em geral não inclui, por exemplo, prostitutas, prostitutos, ou travestis. Muitos dos jovens entrevistados pelo

pesquisador foram expulsos de casa. Muitos dos jovens homossexualmente identificados foram obrigados a sair de casa por manterem relações sexuais com pessoas do mesmo sexo. Muitas vezes estes jovens são identificados pelos profissionais em “meninos de rua” como “criadores de caso”.

Não se encontrou nenhuma ideologia ou sistema de crenças específico dos “meninos de rua” em relação a práticas sexuais ou à percepção de práticas de risco relevantes para a transmissão do HIV. A AIDS é fortemente associada à estigma social e particularmente à homossexuais e prostitutas. Alguns jovens parecem considerar-se imunes à infecção pelo HIV por terem relações sexuais “legítimas”. “Legítimas” são as relações heterossexuais monogâmicas. “Ilegítimas”, o mais das vezes, é um termo aplicado às relações sexuais homem-homem ou às prostitutas.

A rua é tanto um espaço moral quanto social. É associada à ilegitimidade: à falta de conexões com a “família” ou com a “casa”. Ao estigma de viver nas ruas se junta o estigma associado às práticas sexuais atribuídas aos que vivem nas ruas (a característica mais proeminente a eles atribuída é a “promiscuidade”).

Como a maioria das outras pessoas, os jovens que moram e trabalham nas ruas muitas vezes contam histórias sobre suas vidas sexuais que não necessariamente revelam a verdade sobre o que fazem sexualmente. As sanções sociais contra os que se identificam como homossexuais (ou que se acredita que sejam homossexuais) é um dos principais fatores a influenciar a maneira pela qual as pessoas falam sobre seu comportamento sexual. Os homens “heterossexuais” enfatizam sua promiscuidade com parceiras femininas, de quem esperam fidelidade sexual. A maior parte dos rapazes heterossexualmente identificados não admite ter tido relações “feminilizadas” com outros homens. Alguns afirmam terem tido relações sexuais com outros homens, mas dizem ter desempenhado o papel de penetrador (menos estigmatizante). As mulheres, que vivem sob constante ameaça de violência por parte dos homens, muitas vezes afirmam serem fiéis aos namorados, mesmo quando não é o caso. As represálias às violações das normas do grupo, estabelecidas pelos homens, incluem a violência.

As estratégias de comunicação de mensagens de prevenção contra a AIDS para os jovens que vivem nas ruas devem levar em consideração os estigmas ligados à vida e ao trabalho nas ruas. É preciso tomar cuidado para não reforçar os estereótipos dos “meninos de rua”. A linguagem deve ser apropriada, mas não condescendente. Pode-se empregar termos vulgares para esclarecer os significados, mas mensagens com muita glória às vezes não são bem recebidas. A condensação de HIV e AIDS em AIDS já causou muita confusão e deve ser evitada. Deve-se pressupor que as pessoas que recebem as mensagens de prevenção contra AIDS sejam inteligentes, embora pouco instruídas e quase certamente analfabetas.

É preciso um esforço para direcionar-se à comportamentos específicos de risco, para dissociar a epidemia de AIDS dos chamados “grupos de risco” e para comunicar estratégias de redução de risco claras e acessíveis. Muitas das organizações não governamentais (ONGs) que trabalham com jovens que vivem nas ruas não têm equipes adequadamente treinadas para tratar das questões relacionadas à prevenção contra

a AIDS e não se pode, *a priori*, contar com elas para auxiliar efetivamente numa intervenção. Ademais, os jovens que têm acesso aos serviços das ONGs representam um número muito pequeno comparado à totalidade dos jovens que moram e trabalham nas ruas.

INTRODUÇÃO

As crianças e adolescentes que vivem nas ruas estão sob maior risco de infecção pelo HIV por uma série de razões, muitas das quais decorrem de sua posição desvantajosa na hierarquia social e política. Identificar os comportamentos que os colocam sob maior risco de adquirir HIV não é uma tarefa simples, já que o contexto em que ocorrem estende-se à sociedade, de maneira ampla. Deve-se entender os comportamentos tais como existem no interior de um sistema de práticas sociais; os comportamentos sexuais, por exemplo, não podem ser entendidos sem um amplo conhecimento de seus contextos sociais e culturais. Por esta razão, a pesquisa etnográfica ou qualitativa sobre jovens que vivem nas ruas é indispensável para uma intervenção efetiva. Este projeto foi proposto originalmente com a intenção de tornar tais dados disponíveis aos grupos que atuam junto à jovens que vivem nas ruas no Brasil.

Este relatório é resultado de seis meses de pesquisa etnográfica com crianças e adolescentes que moram e trabalham nas ruas do Rio de Janeiro e com indivíduos e instituições que desempenham papéis importantes em suas vidas. O projeto pretendia tratar de uma questão central subjacente ao trabalho de prevenção contra HIV/AIDS entre os jovens que vivem nas ruas do Rio de Janeiro:

■ Quais são as práticas ou comportamentos sociais que colocam estes jovens que moram e trabalham nas ruas do Rio de Janeiro sob risco de infecção pelo HIV?

As perguntas mais específicas feitas neste estudo decorreram de experiências anteriores no desenvolvimento de materiais para a comunicação de mensagens de sexo mais seguro¹ dirigidas a jovens que vivem nas ruas do Rio. Aumentar o impacto de tais materiais implica a identificação de práticas específicas de risco e estratégias de redução de risco, a formulação de mensagens de promoção da saúde, e a seleção de canais adequados de comunicação. Como não se dispunha de informações qualitativas sobre práticas de risco e sobre redes de comunicação, concluiu-se que para o desenvolvimento de trabalhos futuros de prevenção da HIV/AIDS era essencial fazer um estudo etnográfico sobre jovens que vivem nas ruas do Rio.

O projeto foi proposto e financiado pela AIDSCOM, uma organização contratada pela USAID—Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional. Trata-se de um projeto de curta duração, que começou em julho e acabou em dezembro de 1991. Após o período inicial de seis meses para o trabalho de campo, foram alocados mais três para editar o diário de campo e concluir o presente relatório. A pesquisa de "campo" foi feita por Patrick Larvie, do Comitê de Desenvolvimento Humano da Universidade de Chicago. No Rio, o Dr. Richard Parker,

atual diretor da Unidade de Prevenção contra HIV/DST do Ministério da Saúde e professor adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, trabalhou como consultor do projeto. Paulo Longo, psicólogo e coordenador do Programa Pegação (que distribui preservativos e dá informações sobre sexo mais seguro a prostitutas), trabalhou como assessor nos dois primeiros meses. Paulo foi convidado para participar do projeto e auxiliar nos contatos com as organizações não-governamentais (ONGs) locais que trabalham com os jovens que moram e trabalham nas ruas. Paulo usou seus contatos pessoais e profissionais com as ONGs locais de maneira a facilitar o rápido desenvolvimento deste estudo. Também desempenhou o importante papel de guia, dando informações práticas sobre a cidade, e fazendo uma descrição da cultura e da sociedade carioca.

■ **Objetivos da pesquisa e metodologia**

O estudo foi definido como de natureza etnográfica, pretendendo fornecer informações qualitativas sobre o contexto em que ocorrem as práticas de risco (sejam elas sexuais ou não). Também pretendia dar alguma explicação para as maneiras em que a AIDS enquanto pandemia e enquanto síndrome prevenível é compreendida pelos jovens que moram e trabalham nas ruas do Rio. Como muitas das atitudes e crenças que cercam as práticas sexuais, bem como os meios de prevenção contra a infecção pelo HIV, não são facilmente documentados através de entrevistas e questionários padronizados, concluiu-se que uma abordagem etnográfica seria mais viável. Para definir e implementar uma intervenção contra HIV/AIDS é essencial compreender as atitudes e crenças sobre prazer, sexualidade, desejo, estigmatização e morte entre os grupos de jovens que vivem nas ruas. O objetivo do estudo, portanto, era coletar dados qualitativos que pudessem ser usados para informar os interessados em desenvolver uma estratégia de prevenção contra HIV/AIDS junto à jovens que vivem nas ruas. Especificamente, os objetivos centrais do estudo eram os seguintes:

- Documentar a organização social de menores que moram e trabalham nas ruas do Rio de Janeiro para compreender melhor o contexto em que ocorrem as práticas sexuais—inclusive, mas não apenas, as práticas de risco.
- Documentar as práticas específicas que colocam estes jovens sob o risco da transmissão de HIV, bem como as possibilidades ou estratégias de redução de risco ao alcance dos jovens que moram e trabalham nas ruas.
- Identificar as possibilidades de comunicação efetiva que possam se adaptar às estratégias de redução de risco quanto às práticas específicas e usar os meios de comunicação mais apropriados aos jovens que vivem nas ruas.
- Identificar as pessoas e instituições que desempenham papéis importantes nas vidas dos jovens que moram e trabalham nas ruas e que possam colaborar na divulgação de mensagens de promoção da saúde.

Não há dúvida que as metas e objetivos deste estudo eram ambiciosos. Nenhum estudo, qualquer que seja sua duração, jamais será capaz de dar

uma visão total sobre os jovens que vivem nas ruas. Este relatório, assim, não pretende dar conta da situação dos jovens que moram e trabalham nas ruas. Ao partilhar os resultados deste estudo com outros que trabalham com questões ligadas à HIV/AIDS ou com jovens que vivem nas ruas, espera-se fornecer bases para um planeamento refletido e crítico sobre as intervenções de promoção de saúde.

■ Considerações Demográficas

O corpo de dados a partir dos quais este relatório foi elaborado inclui observações etnográficas, discussões formais e informais e entrevistas com membros de três grupos. O primeiro grupo consistia de jovens (ou seja, legalmente definidos como menores, i.e., com menos de 18 anos) que moram e/ou trabalham todo o tempo ou parte do tempo nas ruas do Rio. O segundo grupo consistia de adultos que moram e trabalham nas ruas do Rio, todo o tempo ou parte do tempo. O terceiro grupo incluía pessoas (quase sempre adultos) que tinham relações importantes com jovens que moravam e trabalhavam nas ruas. Neste último grupo estavam as pessoas de organizações não-governamentais locais que trabalhavam direta ou indiretamente com tais jovens. Incluía também adultos que não necessariamente trabalhavam com organizações não-governamentais mas que, apesar disto, tinham algum tipo de relação com as crianças e adolescentes que viam pelas ruas.

As vezes os três grupos se sobrepõem, mas em alguns aspectos cruciais são muito diferentes. Grupos de jovens que vivem nas ruas podem incluir adultos, mas o *status* legal define as oportunidades e obrigações de maneiras significativamente diferentes. Por exemplo, a acusação criminal e as sentenças punitivas são reservadas aos adultos. Os menores que cometem crimes são processados por um sistema judiciário separado, cuja intenção é mais reabilitadora do que punitiva. Esta diferença muitas vezes deixa os jovens vulneráveis à adultos que desejam explorar seu *status* legal fazendo-os trabalhar em atividades criminosas.

Além disso, quem tem mais de 18 anos em geral não tem permissão de participar de programas e projetos dirigidos aos jovens que vivem nas ruas. Neste estudo, a definição de jovem é, em grande parte, legal. Mas a categoria "jovem" nada tem de transparente. As crianças e adolescentes que moram e trabalham nas ruas do Rio de Janeiro não pertencem a um grupo homogêneo e os termos "jovem" e "rua" não são suficientemente diferenciados a ponto de servir adequadamente como categorias etnográficas. Na verdade, a diferenciação social entre jovens que vivem nas ruas é tão complexa e matizada quanto a de jovens ou adultos que não vivem nas ruas. Nem sempre foi fácil definir "menino de rua", tanto pelas enormes diferenças que existem entre os jovens que vivem nas ruas, quanto pelo fato de que o próprio termo é carregado do estigma da marginalidade.

■ Desconstrução dos "meninos de rua"

Devido às dificuldades que encontrei para operacionalizar uma definição de "*meninos ou meninas de rua*"*, preferi usar outros termos para me

* *Nota do tradutor:* Neste texto o itálico, quando não se refere a palavras estrangeiras, indica que no original a expressão vinha em português.

referir aos menores que moram e trabalham nas ruas do Rio. Meninos e meninas de rua é uma categoria altamente problemática, com conotações de marginalidade, estigma, e completa alienação da sociedade. Como outros termos e expressões usados para descrever pessoas associadas à rua, *meninos/as de rua* tem uma conotação altamente pejorativa.² Neste relatório, uso a expressão “jovens que vivem nas ruas” ou “jovens que moram e trabalham nas ruas”, ainda mais elaborada, e não a expressão “meninos de rua”. A diferença não é apenas semântica. O fato de nenhuma delas ser tão simples quanto “meninos de rua” está diretamente relacionado com as dificuldades que encontrei para operacionalizar a expressão ao longo da pesquisa etnográfica.

Por duas razões básicas evitei a expressão “*meninos/as de rua*”. A primeira é que os jovens que encontrei nas ruas muitas vezes tinham uma relação problemática com ela, às vezes rejeitando-a como rótulo de preconceito e marginalidade, às vezes usando-a de maneira pragmática (por exemplo, para obter recursos de programas para *meninos e meninas de rua*) como estratégia de sobrevivência. “Rua” demarca um espaço moral e social tanto quanto um espaço geográfico. Quando se usa “rua” para se referir à pessoas, é uma marca de marginalidade tanto quanto os termos “casa” e “família” são marcas de *status* e de privilégio.

A segunda razão é que a categoria “meninos de rua” pode impedir que pesquisadores, prestadores de serviços ou pessoas interessadas percebam a complexidade social dos grupos que moram e trabalham nas ruas e as relações que eles têm com outros segmentos da sociedade. O fato de viver ou trabalhar nas ruas, mesmo quando acompanhado pelo *status* legal de menor, não é em si mesmo um nivelador de todas as outras diferenças sociais e culturais. Os jovens que vivem nas ruas têm alianças sociais múltiplas e histórias diversas; juntá-los à todos no interior da interseção das categorias “rua”, “jovem”, e “carente” pode, às vezes, ser útil ou pragmático, mas nega a complexidade de sua vida social e econômica. Além disso, pode levar os formuladores de política e os prestadores de serviços à acreditar que não precisamos olhar além da rua para entender os problemas dos jovens que vivem nas ruas, impondo uma distância artificial e potencialmente destrutiva entre “nós” e “eles”. Os jovens que vivem nas ruas não vêm das ruas; pertencem à sistemas sociais e políticos que se estendem à outros segmentos da sociedade. Não estão totalmente divorciados das instituições da vida cotidiana dos que moram em casa e trabalham na economia formal ou “legítima”.

■ Métodos de coleta de dados

A maioria dos dados foi coletada andando pelas ruas e falando com as crianças e adolescentes ali encontrados. Embora eu não usasse qualquer instrumento formal (i.e., questionários, esquemas de entrevistas), em certas ocasiões segui alguns tópicos, de maneira à manter o trabalho tão focalizado quanto possível. Serviam mais como guias de pesquisa ou agendas do que como lista de perguntas a serem feitas a cada contato. Não tentei padronizar as perguntas; em vez disso, tentei aprender o que era possível, dadas as possibilidades e as circunstâncias de cada encontro. Os métodos usados na minha pesquisa tinham de ser flexíveis, para poder usar a gama de possibilidades oferecidas pelos diferentes contatos.

Os contatos foram feitos gradualmente, à medida que a pesquisa avançava, através de apresentações feitas por colaboradores ou de caminhos que iam se abrindo durante o desenvolver do projeto. As primeiras apresentações aos educadores de rua (pessoas que trabalham com os jovens das ruas)³ foram feitas por Paulo Longo ou por educadores que conheci através dele. A maioria dos primeiros contatos com jovens que moravam ou trabalhavam nas ruas foi feita através de apresentações de educadores de rua. Mais tarde, as apresentações eram feitas pelos próprios jovens, que me apresentavam à amigos ou à outras pessoas que sabiam que eu queria conhecer, ou que achavam que eu devia conhecer. Estes contatos, por sua vez, levaram à outros, cada vez mais distantes da origem. Meu propósito era tentar entender as diferenças entre crianças e adolescentes que têm muitas conexões com prestadores de serviços sociais (tais como os programas dirigidos a jovens que vivem nas ruas) e os que tinham pouca ou nenhuma conexão. Eu não quis limitar meus encontros com os jovens que vivem nas ruas apenas àqueles que tinham uma ligação corrente com programas ou projetos que atuam junto à jovens que moram e trabalham nas ruas. Além desta preocupação, não queria que todos os meus contatos fossem feitos através de pessoas que trabalham para as ONGs locais. Estas pessoas, em sua maior parte *educadores de rua*, me deram uma assistência e orientação importantes, particularmente nas primeiras fases do projeto, mas eu não desejava que meus encontros com os jovens que vivem nas ruas se limitassem aos que eles me proporcionavam. Embora quase todos os meus contatos fossem mediados de alguma maneira (já que virtualmente todas as pessoas que conheci me foram apresentadas—formalmente ou informalmente—por alguém), meu objetivo era variar tanto quanto possível suas mediações.

Este método de amostragem tipo “bola de neve” mostrou-se razoavelmente efetivo no que dizia respeito à conhecer jovens com variados graus de contato com organizações de serviço social. No entanto, sua amplitude foi ainda bastante limitada. Os limites eram tanto geográficos quanto sociais. As pessoas com quem falei não formam necessariamente uma amostra estatisticamente significativa ou de alguma maneira representativa de um hipotético universo de “meninos de rua”. A resultante amostra de informantes reflete as particularidades da maneira pela qual fiz contato com meninos e com outras pessoas que viviam ou trabalhavam nas ruas nos primeiros seis meses deste projeto (de julho à dezembro de 1991). Como nem todos os contatos estavam igualmente abertos a uma conversa comigo (e em muitos casos os jovens não conseguiam manter a atenção numa conversa longa ou detalhada), grande parte das informações vieram de um grupo relativamente pequeno de informantes principais. Mais dados sobre como e com quem fiz contatos em lugares específicos do Rio aparecem nas seções seguintes.

■ Considerações sociais e geográficas neste estudo

A maior parte de minha pesquisa se fez em três áreas da cidade: Copacabana (nos lugares especificados abaixo), Centro (incluindo Cinelândia, Castelo, Saúde—especialmente a área próxima à Central do Brasil), e Tijuca (Praça Saens Peña e Maracanã). A escolha destes três locais deveu-se principalmente à presença de organizações e programas que trabalham com jovens que vivem nas ruas nestas áreas. Conheci pessoas

destas organizações, através delas, jovens com quem elas trabalhavam, e minha rede de contatos cresceu a partir daí. Por várias razões atuei nestas áreas e não em outras. Uma razão foi o limite de tempo para o estudo. Outra, os limites de minha capacidade de manter e desenvolver contatos com crianças e adolescentes nas ruas; apesar do apoio do assessor e do consultor contratados para o projeto nos dois primeiros meses do estudo, eu era o único pesquisador de "campo". Os mecanismos abertos para contatos (i.e., colaborar com os educadores de rua que conheci, desdobrar os contatos feitos com crianças ou adolescentes) também favoreciam o Centro e a Zona Sul como áreas em que eu podia centrar minha pesquisa. Por razões práticas, não era possível trabalhar simultaneamente em várias partes da cidade muito distantes umas das outras. Mesmo que as razões práticas não fossem tão fortes quanto mostraram ser, havia outras razões para dar especial atenção ao Centro e à Zona Sul.

Não é que não haja crianças trabalhando ou vivendo nas ruas em outras áreas da cidade. Há um grande número delas. Mas eu não tinha conexões com organizações que trabalham com jovens que vivem nas ruas na Zona Norte (com exceção da Tijuca, que é um bairro de classe média e classe média alta ao sul da Zona Norte). Creio que a situação dos jovens que vivem nas ruas na Zona Norte (inclusive a Baixada Fluminense), na Zona Oeste e nas regiões mais distantes é muito diferente da situação dos jovens nas ruas da Zona Sul. E quero deixar clara a especificidade deste estudo, que privilegiou a pesquisa qualitativa em profundidade, com um foco geográfico limitado e um número de contatos relativamente pequeno, ao invés da coleta de maior número de dados quantitativos, talvez mais superficiais. Desta forma, este relatório documenta processos e contextos que estão relacionados às particularidades das áreas em que trabalhei. Obviamente ele seria diferente, caso eu tivesse feito outras escolhas geográficas, mas muitas das questões aqui levantadas também são importantes para grupos muito diferentes dos que descrevi. Tais questões serão tratadas na última seção, que sugere uma agenda para pesquisas futuras.

■ Jovens que vivem nas ruas no Centro e na Zona Sul do Rio

Há uma outra linha de defesa para centrar a pesquisa nos jovens que moram e trabalham no Centro e na Zona Sul do Rio. Não é por mera coincidência que os jovens que moram e trabalham nas ruas do Rio, bem como as organizações, programas e projetos que atuam com eles, estão concentrados nas áreas do Centro e da Zona Sul (especialmente próximo às praias de Copacabana, Ipanema e Leblon). Os jovens que encontrei nas ruas da Zona Sul ou do Centro não se originavam daquelas áreas; na maioria das vezes vinham dos *morros* ou *favelas* das vizinhanças da Zona Sul, ou das áreas muito pobres da Baixada Fluminense. Muitas vezes, eram de outra cidade ou mesmo de outro estado.

As características demográficas dos jovens que encontrei no Centro ou na Zona Sul sugere uma migração de jovens (que normalmente, mas nem sempre, vivem em extrema pobreza) para as ruas das áreas da cidade onde as oportunidades são percebidas como sendo maiores. Pela minha experiência, o que muitas crianças, adolescentes e jovens adultos fazem nas ruas (bem como o que pensam ou fantasiam sobre estas áreas)

explica porque o Centro e a Zona Sul se transformaram em destinos para os muito pobres, especialmente os jovens.

Ouvi muitas vezes de jovens que encontrei nas ruas que um dos aspectos mais atraentes da vida no Centro ou na Zona Sul é a animação e as oportunidades que aquelas áreas lhes oferecem, contrárias à monotonia a que estavam acostumados anteriormente. Não pretendo sugerir que não tinham outras razões para sair de casa, mas acho que é preciso entender a atração e as vantagens relativas de viver no Centro ou na Zona Sul (comparadas à viver nas ruas de outras áreas da cidade ou a ficar em casa). Mas nem todos os jovens que vivem em circunstâncias precárias acabam por se mudar para as ruas. Os que o fazem têm, em geral, muitas razões; elas podem muito bem incluir o fascínio pela vida agitada e variada do Centro e da Zona Sul. Não é a pobreza *per se* que leva as crianças e adolescentes a morar e trabalhar nas ruas de Copacabana, por exemplo. É a pobreza e mais alguma idéia de quais sejam as oportunidades nas ruas de uma dada área e que uso ou interesse elas podem ter para um jovem que tenha de sair de casa ou que ache que sair de casa é preferível a ficar.

As crianças ou adolescentes que têm de sair de casa, ou que preferem sair de casa, não se encontram por acaso nas ruas da Zona Sul ou do Centro do Rio. Há um processo definido em ação. Este relatório não tentará documentar este processo, mas gostaria de apontar algumas de suas características. Uma vez fora de casa, o jovem deve tomar uma decisão sobre aonde ir. Muitos fatores influenciam esta decisão; eles incluem conexões com amigos ou parentes que moram ou trabalham nas ruas, conhecimento da disponibilidade de trabalho, e uma idéia de que lugares da cidade são mais divertidos ou interessantes. Nem todas as partes da cidade são iguais: uma das diferenças mais significativas entre as ruas da Zona Sul e do Centro é que ali o sexo é percebido como sendo mais disponível do que em "casa". Mais especificamente, a diferença não é apenas uma questão de disponibilidade, mas diferentes tipos de sexo estão disponíveis, ou são permitidos, nas ruas do Centro e da Zona Sul. A relação de muitos dos jovens com estas partes da cidade começa muito antes de realmente se mudarem para lá o tempo todo, ou parte dele. Isto era particularmente verdadeiro entre os jovens que expressavam preferência sexual pelo mesmo sexo.

A migração é muitas vezes altamente circular, jovens e adultos indo e voltando de uma cidade para outra, de uma parte da cidade para outra, ou de casa para as ruas. Muitos dos jovens que encontrei tinham casa (embora outros não tivessem, havendo claras diferenças entre os dois grupos; nas seções que se seguem se falará mais disso), mas preferiam ir, ou só podiam ir para casa periodicamente. Não se deve subestimar o impacto da circularidade deste movimento; os significados atribuídos às ruas em uma parte da cidade não são os mesmos em outra parte.

Para entender a rua como um campo para comunicações, é necessário compreender os significados particulares atribuídos às ruas do Centro e da Zona Sul. A rua é tanto uma categoria moral como um espaço social; se existe migração para uma parte do Rio devido às possibilidades sexuais que as ruas ali oferecem, tais ruas então serão percebidas como um campo (e como um campo para comunicações) radicalmente diferente do que se encontra nas vizinhanças de "casa". Com isso, vão diferir

o comportamento sexual e as atitudes acerca da necessidade ou das possibilidades de prevenir doenças sexualmente transmissíveis.

A VIDA NAS RUAS

Em resumo, gostaria de apontar alguns fatores e forças que afetam a capacidade dos jovens viver ou trabalhar em uma dada parte da cidade. A lista que se segue não é exaustiva, mas dá idéia dos principais determinantes da vida nas ruas.

■ Um dos fatores mais importantes é a existência ou não de espaços públicos adequados para morar ou para realizar atividades geradoras de renda.

Parques, praças e praias podem ser melhores para dormir, mas uma rua bem iluminada, com portarias, dá mais segurança. Ruas e calçadas movimentadas dão as condições mínimas para ganhar dinheiro. Sob muitos aspectos, Copacabana é quase ideal para as populações que vivem nas ruas. Seus espaços públicos (inclusive a praia) oferecem lugar para dormir, e a densidade populacional garante uma constante atividade na rua. A segurança desses espaços, claro, é outra questão. Para gerar renda nas ruas é preciso, ademais, um nível crítico de oportunidade. O número, variedade e qualidade relativa das oportunidades de trabalho têm uma relação direta com a presença de grupos que vivem nas ruas. Por exemplo, a existência, real ou percebida, de turistas, faz com que Copacabana, Ipanema e Leblon pareçam ambientes muito mais lucrativos do que, digamos, Meier ou Madureira, duas áreas da Zona Norte que são centros comerciais importantes.

■ A presença da polícia ou de forças privadas de segurança é um dos mais importantes fatores a determinar a viabilidade de uma área geográfica para viver e trabalhar.

A polícia ou as forças de segurança podem ser ostensivas, como no caso dos guardas armados que protegem as lojas ou prédios de apartamentos. Podem também ser encobertas, como no caso dos grupos para-policiais ("grupos de extermínio")⁴ ou grupos de *vigilantes*. É comum se dizer nas ruas que às vezes a polícia exige dinheiro pela permissão de ficar ou trabalhar numa área ("cobrar pedágio"), ou se apropria de uma percentagem dos ganhos.⁵ Em troca, podem dar, ou não, algum tipo de proteção. Também podem reprimir violentamente qualquer tipo de atividade nas ruas. Além disso, a polícia também desenvolve programas especiais para "meninos de rua", com o objetivo explícito de ajudá-los.

A violência dos policiais em serviço e seus efeitos sobre os que usam a rua como casa ou local de trabalho não deve ser subestimada ou ignorada. O que observei acerca da polícia deixou claro para mim que muitas vezes ela não é capaz de controlar a mais simples das situações sem a exibição de armas, ou mesmo sem tiros. Sem dúvida alguma, sua presença é vista pelas populações que vivem nas ruas como uma ameaça muito real à segurança.

■ Existem também outras ameaças. São os grupos de *vigilantes*, vizinhos que se organizam para remover pessoas que moram ou trabalham nas ruas, ou contratam outros para fazê-lo por eles.

Entre os contratados estão os guardas de segurança. Tais guardas podem, por exemplo, impedir as crianças de vender goma de mascar, amendoim ou bala nos restaurantes ou bares; também podem se encarregar de remover fisicamente os jovens das vizinhanças. Os mais notórios dentre tais guardas são os membros dos *grupos de extermínio*, organizados e secretos.

De maneira muito diferente, a presença de outros grupos que moram ou trabalham nas ruas podem apresentar problemas práticos, bem como vantagens. Há grupos de jovens (e de adultos) que vivem nas ruas que exercem algum nível de controle sobre alguns segmentos da economia informal. Os guardadores de carro, por exemplo, nem sempre aceitam a concorrência de jovens recém-chegados. Grupos que se organizam para assaltar podem ter suspeitas quanto à presença de forasteiros. Tais grupos muitas vezes exercem algum controle sobre a possibilidade de estranhos encontrar um lugar seguro para dormir ou trabalhar. Tanto a Zona Sul como o Centro são divididos em territórios em cujo interior grupos de jovens (mas não apenas de jovens; eles invariavelmente têm conexões com adultos) moram e trabalham. O grupo se forma através de vários critérios, que às vezes se sobrepõem. Podem ser territoriais (por exemplo, pode ser que meninos de Copacabana não sejam percebidos como "pertencentes" ao Leblon); ocupacionais (p. e., *engraxates* vs. *flanelinhas* vs. *pivetes*"); ou em função da filiação à um programa para jovens que vivem nas ruas (menino da Fundação São Martinho vs. menino do Centro Brasileiro vs. menino do Projeto Meninos do Rio do Posto 2 vs. menino do Projeto Meninos do Rio do Leblon). Estes grupos, que se sobrepõem, moram e trabalham lado a lado, com graus variáveis de conflito.

■ Há um fator turístico e de imagem, relacionado, de maneiras muito complexas, tanto à repressão aos jovens que vivem nas ruas quanto à programas e projetos que atuam em seu benefício ou para seu benefício.

A imprensa nacional e internacional, por suas representações das condições dos meninos de rua, é atribuída a culpa pelo declínio no turismo e pela percepção da cidade como violenta, envergonhando o governo. A preocupação com a melhoria da imagem da cidade e com a credibilidade do governo, bem como um interesse genuíno em resolver alguns dos problemas enfrentados pelos jovens que vivem nas ruas, resultaram em várias estratégias para resolver o problema. Sua natureza, no entanto, é uma questão em debate. Muitas vezes é percebido como um problema de imagem, cuja solução é a remoção da imagem (na imprensa nacional ou estrangeira e na mente dos turistas), bem como de seu referencial físico. A lógica que resulta desta formulação do problema levou à remoção não apenas dos que moram nas ruas mas também dos que trabalham nas ruas (prostitutas, travestis, michês, camelôs).

Se, por um lado, os grupos locais tiveram êxito ao pressionar o governo à realizar algumas ações corretivas, divulgando, tanto no país como no exterior, as condições dos jovens que vivem nas ruas, por outro, os meninos de rua são acusados de interferir na indústria do turismo. A relação entre os jovens que moram e trabalham nas ruas e a reputação da

cidade é muitas vezes de acusação e de estigmatização. Este é o ambiente em que qualquer tipo de campanha de promoção da saúde deverá trabalhar. Os próprios jovens que vivem nas ruas são considerados como parte da doença da cidade. Neste contexto, os jovens que vivem nas ruas, bem como outras pessoas que moram e trabalham nas ruas, foram renovidos ou ameaçados com a remoção.

Durante o tempo em que eu realizava a pesquisa nas ruas, grande parte desta realocação estava sendo feita, em nome da segurança, embora na maioria das vezes não houvesse nenhuma explicação. Era crença geral, no entanto, que a ECO-92 servia como desculpa não expressa para a remoção das populações que viviam nas ruas. De qualquer forma, os parques, praças e ruas passaram por uma reconstrução; e não foi por acaso que ao terminar a remodelação das praças, por exemplo, elas estavam cheias de aparelhos de segurança (altas cercas de ferro, postos policiais) e vazias das pessoas que antes viviam ali. Além disso, foi criado um novo programa, cujo propósito expresso era mandar de volta os imigrantes de outros estados. Estes recebiam passagens de ônibus e algum dinheiro, bem como a promessa de assistência financeira quando chegassem em seu estado natal. Não ter casa e, mais especificamente, viver nas ruas das partes mais turísticas da cidade era equivalente à viver como fugitivo.

■ A presença de grupos, organizações ou instituições que trabalham com jovens ou outras populações que vivem nas ruas também desempenha um papel importante na determinação das áreas da cidade mais adequadas para viver e trabalhar.

A existência de programas (a presença física de educadores ou de equipes dos programas, e a distribuição de alimentos ou outros recursos) pode facilitar a presença de jovens que vivem nas ruas, através da negociação de uma relação entre eles e outros residentes, trabalhadores e instituições locais. Os jovens que têm contato com tais programas sabem, mais do que os que não têm, como se proteger contra os abusos da lei—particularmente a prisão injusta pela polícia—e geralmente têm uma maior consciência dos recursos institucionais disponíveis. Isto é particularmente verdadeiro entre jovens que têm pouca ou nenhuma ligação com uma casa ou família. Para sobreviver, eles têm de fazer uso de quaisquer recursos disponíveis, e o contato com os programas para jovens que vivem nas ruas é, muitas vezes, parte de uma estratégia global de sobrevivência. Claramente, parte de tal estratégia é o aprendizado da auto-defesa contra as fontes institucionais de repressão. Não se trata aí de um conhecimento comum da rua, mas uma espécie de marca de há quanto tempo um jovem está na rua, e de seu êxito em aprender a nela sobreviver.

Os jovens que conseguiram fazer e manter conexões com a rede existente de prestadores de serviços sociais são, muitas vezes, os mais capazes de resistir à violenta repressão que enfrentam. Isto não quer dizer que todos os jovens espertos o bastante para pensar em como obter recursos de uma ONG ou de indivíduos generosos tenham necessariamente uma vida estável. Mas é verdade que os jovens que vivem nas ruas e que conseguiram não só uma certa estabilidade na manutenção de algum tipo de atividade geradora de renda, como também permanecer numa área geográfica por um período grande de tempo, tendem à ser os que têm

redes extensas de conexões com adultos das ONGs e com outras pessoas dispostas a ajudar.

■ Copacabana—Praça Serzedelo Correia

Esta praça, localizada em Copacabana, perto do Posto 3, é também conhecida, pejorativamente, como a “*Praça dos Paraíba*”, porque muitas das pessoas que ficam por ali nos fins-de-semana são trabalhadores manuais do Nordeste do Brasil. “*Paraíba*”, que literalmente significa “Estado da Paraíba”, também pode referir-se à alguém daquele Estado ou de qualquer lugar do Nordeste. Transformou-se num termo pejorativo usado para descrever qualquer um que venha do Nordeste e especialmente os que realizam alguma espécie de trabalho não especializado ou semi-especializado. E esta categorização também atesta à reputação da “*Praça dos Paraíba*”.

Na época em que comecei esta pesquisa, a praça estava cercada, pois passava por reformas. Durante a noite, à cerca de táboas servia de lugar para os jovens da rua (e os adultos que viviam na rua e com quem eles dividiam o espaço) guardar seus pertences enquanto dormiam na calçada. Em outubro, o Juizado de Menores providenciou um grande caminhão para as crianças dormir. A polícia muitas vezes dava aos meninos a opção de dormir no caminhão ou ir para outro lugar. Os adultos eram deixados na calçada em frente à Igreja. O caminhão ficava estacionado das oito horas da noite até as seis da manhã, hora em que as crianças voltavam para a calçada para dormir. À parte os programas desenvolvidos por organizações não-governamentais e a Escola Tia Ciata, o Juizado de Menores, com este caminhão para as crianças dormir, era a presença mais consistente entre os jovens que viviam nas ruas naquela área.

Em dezembro a reforma acabou e a praça foi aberta ao “público”. Desde então, ocorreu uma redução drástica no número de jovens e adultos sem casa que viviam pela praça; aumentou muito a repressão próxima à área. No momento em que este relatório estava sendo escrito (abril de 1992) não se encontrava ninguém dormindo na praça ou em frente à Igreja durante a noite.

Meus contatos com os adolescentes que dormiam e ficavam na praça foram feitos através de um educador do Projeto Meninos do Rio. Uma de suas atividades era, nos dias úteis, supervisionar a distribuição de comida para um grupo de cerca de 30 meninos, num lugar próximo à praia. Muitos dos que recebiam a quentinha também participavam de programas na Cruzada do Menor. Vários deles, embora algumas vezes muito esporadicamente, freqüentavam a Escola Tia Ciata⁶, destinada à atender exclusivamente *meninos e meninas de rua*. Mais tarde encontrei muitos dos adolescentes que conhecera na distribuição de quentinhas próximo ao Posto 3 vivendo na praça ou perto dela. Eles, por sua vez, levaram-me à outros contatos, que não foram feitos através dos educadores do Projeto Meninos do Rio. Outros programas para jovens que vivem nas ruas também tinham contatos com os jovens que viviam pela praça. Sempre Viva (do Instituto Brasileiro de Inovação em Saúde Social) e o Centro Brasileiro de Defesa da Criança e do Adolescente estão entre os programas mencionados pelas pessoas que conheci naquela praça. No entanto,

o Projeto Meninos de Rio era, de longe, o que tinha um envolvimento mais consistente e substantivo com os jovens que moravam na praça.

■ Mecanismos de diferenciação social e marginalidade—meninos bons e meninos maus

Os “meninos” que aí conheci muitas vezes se envolviam em pequenos roubos, mas também havia outros meios de ganhar dinheiro (entre eles, vender drogas, tomar conta de carros, engraxar sapatos e pedir esmolas). As vezes os roubos não eram tão pequenos. Alguns grupos de crianças—na maior parte compostos por meninos, mas também incluindo meninas—planejavam e executavam assaltos e roubos. A grande maioria dos assaltos (alguns dos quais testemunhei) não eram planejados, e não eram bem feitos; mais de uma vez vi meninos pequenos tentar roubar alguém e a pretensa vítima simplesmente zombar deles e sair andando. A verdade é que eles nem sempre têm muita experiência em roubos, e muitas vezes morrem de medo. Roubar em grupo normalmente é mais fácil; o ato em si é menos assustador e tem mais possibilidade de dar certo. Os roubos, embora produzissem renda, muito embora instavelmente ou ocasionalmente, eram uma fonte permanente de problemas para as crianças e adolescentes que viviam nesta praça. A polícia vigiava-os constantemente, e muitas vezes eles eram proibidos de entrar nas lojas da área em volta (porque, segundo um dos proprietários, surrupiavam alimentos). Rapazes da vizinhança (mais velhos e maiores) se organizavam para bater nos meninos da praça, após algum pretense roubo de uma senhora mais velha. E a ameaça, real ou imaginária, que constituíam para os moradores da vizinhança era claramente uma das razões pelas quais as medidas de segurança foram aumentadas ao longo do período em que durou minha pesquisa de campo.

A composição do grupo que dormia nesta praça e nela trabalhava (qualquer que fosse a maneira) mudava freqüentemente e substancialmente, mas os adolescentes que nela viviam e dormiam tinham, sem dúvida, o sentimento de pertencer à um grupo, mesmo que isto significasse simplesmente partilhar um espaço geográfico. Mas, na verdade, tal sentimento não se baseava apenas no sentido de espaço, no trabalho conjunto para gerar renda, ou nas ligações com as organizações que atuavam com os jovens que viviam na praça. Os jovens que viviam e trabalhavam nesta praça eram significativamente diferentes—ou eram percebidos como tal por outros jovens e adultos que viviam nas ruas—em relação a outros que conheci em Copacabana. Muitas das características identificadoras deste grupo eram-lhes atribuídas por outros grupos por uma questão de diferenciação social; mas quaisquer que fossem as diferenças “reais”, a reputação desta praça e dos meninos que lá viviam e trabalhavam diferenciava-os dos outros.

O consumo de drogas era claramente uma das “diferenças”. Vários dos meninos eram muito drogados (uma de minhas maiores dificuldades, quando conversava com eles, era que não conseguia me entender, comunicar-se claramente, ou prestar atenção), o que, em si mesmo, dava algum sentido de composição de grupo. O consumo de drogas é muito estigmatizante, e cria uma clara barreira social entre os jovens que moram e trabalham nas ruas. A barreira não existe a nível do consumo em si, mas a nível das atitudes acerca do mesmo. Não importa quão

difundidas sejam as drogas, a idéia de que apenas criminosos ou proscritos as usam é um determinante central da estrutura social dos jovens que vivem nas ruas. Os que consomem drogas abertamente (na maior parte das vezes maconha e cocaína em várias formas) são muito diferentes dos que se dizem contrários, ou dos que nunca consomem drogas de qualquer tipo. Os meninos que andam drogados pelas ruas obviamente não estão preocupados em manter o mesmo tipo de aparência social que aqueles que se preocupam em afastar-se do estigma da marginalidade. O consumo de tóxicos não tem tanto à ver com seu uso, ou com gostar ou não, mas com a negociação de uma relação com um tipo de marginalidade à ele associado.

Havia muitos tóxicos disponíveis e em uso, não apenas entre este grupo, mas virtualmente entre todos os jovens que vivem nas ruas que eu conheci. Cheirar *cola de sapateiro* era o mais comum, mas também era considerado o menos sofisticado, ou o de menor *status* entre todos os tóxicos disponíveis. Maconha vinha à seguir, e era um signo de dinheiro e *status*. Cocaína, em várias formas, tinha *status* ainda maior, disponível apenas para os que possuíam uma quantidade significativa de dinheiro. Também se consumia drogas farmacêuticas, embora eu não tenha conseguido descobrir virtualmente nada sobre como conseguiam e conheciam. Algumas vezes eram injetadas, embora isto também seja algo sobre o qual aprendi relativamente pouco. Sei que drogas e outras substâncias eram freqüentemente misturadas para produzir alguma droga híbrida, então injetada. Há pessoas que se especializam em produzir estas misturas. Nunca ouvi nenhuma história sobre partilha de seringas, embora isso não queira dizer necessariamente muita coisa, já que a injeção é uma das formas mais estigmatizadas de consumo de drogas e os jovens que conheci relutavam ainda mais em falar sobre isto do que sobre o consumo de drogas em outras formas.

O consumo de drogas é, obviamente, uma prática social, não apenas no sentido de que elas são muitas vezes compradas e consumidas em grupo, mas também porque as atitudes à seu respeito servem como marca social. Muitos dos adolescentes presentes permanentemente nesta praça assumiam uma identidade mais marginal, abrindo mão das pretensões de pertencer à uma sociedade "normal". A maioria tinha pouca ou nenhuma ligação com uma casa ou família, outro determinante básico da posição social. Associar-se mais com a "rua" do que com a "casa" ou "família" leva a identidade ao longo do *continuum* que vai da "legitimidade" até a "marginalidade". Muitos deles se viam, e até mesmo se descreviam, como "*meninos de rua*", um traço pouco comum. Outros jovens que conheci relutavam em aplicar este rótulo a si mesmos, destacando que eram "honestos", "trabalhadores", "saudáveis" ou "limpos", características vistas como incompatíveis com um menino de rua.

■ Marginalidade e o rótulo "*meninos de rua*"

Os "*meninos e meninas de rua*" geralmente eram associados à criminalidade, à comportamento imoral (que é diferente, na medida em que não tem os mesmos critérios legais) e à doença. Os jovens que não se descreviam como "*meninos de rua*" chamavam a atenção para suas ligações com a casa ou com a família, para a legitimidade de seus meios de gerar renda (i.e., deixavam claro que os *meninos de rua* "roubavam", em

oposição a ganhar dinheiro através do “trabalho”, como engraxar sapatos ou vender balas), para o fato de freqüentarem a escola e estarem estudando, e de que tentavam não manter contatos sociais com os *meninos de rua*. Em outras palavras, quem podia, inventava uma história, por mais artificial que fosse, sobre sua própria “legitimidade” social; isso era feito para se contrapor à “marginalidade” e ao estigma associados aos *meninos de rua*. Significativamente, os jovens que moravam e trabalhavam nas ruas e que não se consideravam *meninos de rua* nem sempre se interessavam em participar de programas destinados a estes. A não-participação era uma maneira de evitar o contato social e a estigmatização. Mas isto nem sempre era uma questão de escolha; participantes e não-participantes muitas vezes pertenciam à grupos sociais separados, às vezes mutuamente exclusivos. Desta maneira, as crianças que vendiam miudezas ou esmolavam com outros membros da família, meninos que engraxavam sapatos e só faziam isso e outros vendedores constituem grupos que podem ser identificados como distintos dos *meninos de rua*.

As atitudes em relação às drogas e ao crime (consideravam seriamente a possibilidade de vir à ser ladrões e adeptos de drogas) eram um dos fatores mais importantes na composição deste grupo. Outros meninos de Copacabana (e mesmo do Leblon ou Ipanema) ocasionalmente se referiam à eles como “ladrões”, particularmente quando achavam que estes eram beneficiários de algum serviço social de que se sentiam privados. Era comum ouvir dizer por quem não vivia na praça, que para conseguir serviços, era preciso pertencer ao grupo dos “ladrões” do Posto 3. Isto era não só uma maneira de distanciar-se dos *meninos de rua*, como de explicar porque tinham sido excluídos de um projeto ou serviço que explicitamente destinava-se à um universo que poderia incluí-los. Era também uma maneira de dirigir o ressentimento: contra os dirigentes do programa, por não serem mais inclusivos, e contra os que estavam incluídos, por possuírem e utilizarem conexões que não tinham.

■ Práticas sexuais e status social

Em termos de práticas sexuais, pelo menos as que eram discutidas comigo, este grupo era bastante diverso e bem complicado. Dentre os primeiros à falarem comigo abertamente sobre sexualidade, estavam duas lésbicas que afirmavam controlar, com maior ou menor êxito, o roubo dos mais novos, com quem dividiam o espaço na praça. Os meninos mais novos eram todos decididamente “heterossexuais” e um dos meios de “controlá-los” era através de favores sexuais. Havia uma distinção bastante clara entre sexo por prazer, com outras mulheres, e sexo por ganho, ou em troca de favores. Elas eram mais experientes dos que os meninos mais novos no que dizia respeito às oportunidades que as ruas lhes ofereciam. Tinham mais conexões com fornecedores de serviços para os *meninos de rua* e usavam-nas da maneira que julgassem adequada ou interessante numa dada situação. Esta situação, claro, não durava muito tempo, não mais do que três ou quatro semanas.

As outras meninas que conheci e que tinham algum tipo de relação com este grupo muitas vezes, mas nem sempre, dependiam das relações com os meninos. Os preferidos eram os que satisfaziam aos seguintes critérios: tratar bem as meninas (i.e., simular algum tipo de relação efetiva além da sexual; de alguma maneira fingir fidelidade) e ter algum

status no interior do grupo, de modo a lhes oferecer uma certa segurança. As relações sexuais, como em qualquer setor da sociedade, nunca estavam livres de interesses externos. As meninas e mulheres jovens, no entanto, nunca estavam em posição de tomar decisões totalmente independentes acerca de sua sexualidade. A seleção de *namorados* sempre era descrita, pelas meninas e mulheres jovens, em termos efetivos. Já os meninos e homens jovens descreviam as *namoradas* em termos dos resultados sexuais. Claramente, as meninas e mulheres jovens que ficavam de fora da estrutura de um grupo estavam mais sujeitas à violência. Meninas e mulheres jovens de quem não se conhecia os namorados eram comumente chamadas de *putas*.

Os homens que faziam sexo anal ou oral receptivos eram os mais estigmatizados, e qualquer um de que se suspeitasse ser *viado* ou *bicha* era claramente marcado, e como tal eram-lhe impostas sanções sociais. Embora o estigma de *viado* ou *bicha* tenha a ver com a feminilização associada com o ato de ser penetrado, quem penetra também fica, em menor extensão, implicado. Os jovens que conheci e que me diziam que gostavam de “*comer um viado*” eram claramente membros marginais do grupo. Penetrar é requisito para ser “homem”, mas não é, em si mesmo, suficiente. Além de ser o parceiro penetrador em todas as relações sexuais, o “homem” deve buscar múltiplas parceiras sexuais femininas, e não apenas meramente feminilizadas.

A marginalidade associada com morar e trabalhar nas ruas—a ausência de contatos regulares e perceptíveis com a “casa” e com a “família” e o estigma associado à pobreza—não se estende necessariamente ao reino das relações efetivas e sexuais. Como em outros aspectos da vida nas ruas, a valorização de atos e parceiros sexuais é muito semelhante à que existe em setores mais privilegiados da sociedade. As mulheres que ousam permanecer fora de um grupo comandado por homens correm o risco de serem tidas e tratadas como prostitutas. A ameaça de violência contra as mulheres é constante e funciona no sentido de diminuir sua capacidade de controlar suas próprias decisões sexuais. As relações entre o mesmo sexo são estigmatizadas, mas comuns. As relações lésbicas são menos estigmatizadas apenas por serem menos visíveis. As relações sexuais homem-homem são estigmatizadas na medida em que feminilizam os atores sexuais. Para os homens, a forma de sexualidade ideal, ou idealizada, é a que inclui múltiplas parceiras femininas. Para as mulheres, é a relação de fidelidade. Estes ideais, obviamente, existem apenas como construtos discursivos, o que não quer dizer que não exerçam controle real sobre a sexualidade; eles funcionam no sentido de determinar que sexualidades são mais ou menos “legítimas”.

Não creio que exista uma ideologia ou um *ethos* sexual específico às crianças e adolescentes que moram e trabalham nas ruas. É verdade que as ruas oferecem muito mais possibilidades sexuais, tanto boas como más, do que a casa. Mas daí não se segue necessariamente que as construções da sexualidade e as ideologias sexuais das ruas sejam totalmente divorciadas das encontradas em casa ou em outros setores da sociedade. Há uma variedade de práticas sexuais muito maior do que identidades sexuais “legítimas”. O resultado é que algumas práticas sexuais, embora ocorram com frequência, são cercadas de silêncio, vergonha e estigma. É também verdade que alguns atores sexuais, como os homens analmente receptivos ou mulheres não-monogâmicas, carregam o estigma da

ilegitimidade e do desvio de maneira desigual em relação à seus parceiros sexuais. A preferência por sexo e por papel sexual age no sentido de determinar o *status* social.

■ Diferenças entre os jovens

Muitos dos jovens que conheci nesta praça não tinham quaisquer conexões significativas com uma casa ou com uma família de qualquer tipo. Significativas, aqui, quer dizer contato capaz de mudar o *status* social do jovem. Uma criança ou adolescente que seja cuidado por algum tipo de família (i.e., de roupa limpa, arrumado, que não precisa esmolar comida) é claramente e facilmente diferenciado dos que têm de se virar por si mesmos nas ruas, o tempo todo ou parte do tempo. Isto não quer dizer que não tenham uma casa ou uma família, muitos têm, e me disseram; mas por várias razões não vão para casa nem vêem a família com muita frequência. Esta situação, assim como o consumo de drogas e a atividade criminosa aberta, era uma característica definicional deste grupo de jovens. Crianças e adolescentes que têm contatos significativos ou regulares com a família e que têm algum tipo de casa para ir estão sempre afirmando tal fato como um mecanismo de diferenciação social. Funciona para distanciá-los do estigma atribuído à “meninos de rua”, categoria que se aplica apenas aos jovens tidos como os mais miseráveis e abandonados: os que são abertamente marginais e não têm conexões reais com o que poderia ser considerado como uma casa ou família. Casa e família são símbolos de emancipação e de *status* social. Estes jovens cujas identidades estão mais relacionadas à “casa”, “família” e “legitimidade” do que à “rua” pertencem à grupos sociais diferentes, tais como o descrito abaixo.

■ Copacabana—Praça do Lido

Esta praça está localizada perto do Posto 2, e tinha um grupo de crianças, adolescentes e adultos mais misturado. Não escolhi este local por causa do número de meninos de rua ali presentes. Na verdade, foi a mistura de adultos e crianças morando na praça e o fato de já ter conexões com alguns dos meninos que tornou possível e interessante trabalhar ali. Através do Projeto Meninos do Rio, conheci um ou dois dos meninos que dormiam na praça—de vez em quando eles iam pegar quentinhas, à noite. Os outros conheci através deles, ou simplesmente andando pela rua. Nos dois lados da praça que não dão para as avenidas, existem edifícios de apartamentos, bares e boates com *shows* eróticos. A praça é uma espécie de “zona”: nas boates, na praça e na Avenida Atlântica, à noite e de madrugada, trabalham prostitutas. Os clientes ficam nos bares da praça e nos bares em frente à praia. De dia, é um lugar de camelôs, muitos dos quais comparecem diariamente, pois conseguiram demarcar algum território (os camelôs também estão sendo gradualmente expulsos de certas partes da cidade).

Muita gente, incluindo crianças, adolescentes e adultos (principalmente mulheres), vivia em áreas próximas, principalmente no Leme (na Avenida Princesa Isabel) e no Posto 3. A presença de estabelecimentos comerciais, tanto formais quanto informais, bem como a própria localização da praça, garante um movimento constante, de dia e de noite. As pessoas que conheci e que viviam na praça de maneira mais ou menos

contínua (ou seja, a praça era sua base primária) tinham numerosas conexões com as prostitutas que trabalhavam nos bares e na rua, com os empregados e gerentes dos bares, com os camelôs e moradores dos prédios. Em particular, tinham conseguido criar relações de patronato, ou algo próximo a isso, com alguns moradores dos prédios de apartamentos, donos de bar e camelôs. Algumas vezes conseguiam comida, serviços legais, roupas e empregos à partir das conexões que mantinham com quem morava e trabalhava na área.

Significativamente, os que moravam de maneira mais regular na praça não se consideravam *meninos de rua*. De vez em quando referiam-se a si mesmos como o “*peçoal da rua*”, ou “*gente que mora na rua*”, mas deixavam claro que não eram como as outras crianças e adolescentes que moravam nas ruas. Alguns pertenciam à uma família que tinha sido expulsa por uma enchente; sua casa foi destruída e eles não tinham dinheiro para alugar outra, de modo que não houve escolha à não ser se mudar para a rua. A mãe era empregada doméstica, tinha perdido o emprego e era a única fonte de renda fixa da família. As filhas de vez em quando também trabalhavam como domésticas. Quando os encontrei pela primeira vez, estavam todos desempregados. No momento em que escrevia este relatório, a filha mais nova e os dois filhos continuavam nas ruas. A mais velha tinha encontrado um emprego de doméstica, tal como a mãe.

Os filhos trabalhavam engraxando sapatos ou fazendo serviços ocasionais. De vez em quando tentavam ir à escola, e não sabiam ler ou escrever muito bem. As filhas tinham alguma instrução, alfabetização básica. Todos se consideravam pessoas honestas e trabalhadoras que, por um golpe infeliz do destino, tinham acabado na rua. Neste sentido, achavam-se diferentes de quem, se vendo eles, se mudava para a rua numa base mais ou menos permanente (ou seja, os que não queriam sair da rua), ou de quem achavam que ali estava por escolha. Quando os conheci, estavam na rua há mais ou menos um ano. Ambas as filhas eram “casadas” (embora não oficialmente) e tinham namorados. A mais nova tinha um filho, de quem cuidava até que ele ficou doente, quando teve de ser internado num hospital administrado pela Igreja Católica. Ela tinha uma relação íntima com um jovem que morava na praça com eles e que engraxava sapatos com o irmão dela. Considerava-o “*namorado*”, embora não acreditasse que a relação fosse durar muito tempo.

Havia outro casal, que me disseram ser casados, e que de vez em quando morava na praça com eles. No interior do grupo, havia uma clara diferença de *status* entre as crianças—que na maior parte não eram membros da família e buscavam um lugar seguro para dormir—e os membros adolescentes e jovens adultos da família. Os mais velhos tentavam, de todas as maneiras possíveis, tomar conta dos mais novos. A filha mais nova, por exemplo, ficava com os pertences do grupo sempre que podia. Ela também lavava a roupa do grupo e ajudava à cozinhar, quando havia comida. O arranjo reproduzia, na medida do possível, o que achavam que era uma família “legítima”.

Este grupo tinha algumas conexões com vários programas voltados para as crianças de rua, mas não tinha nenhuma relação corrente com qualquer um deles, exceto a Escola Tia Ciata, onde eles estudavam. Gostavam particularmente da merenda gratuita, da oportunidade de socializar-se e da possibilidade de aprender a ler e escrever. Mas não

eram assíduos, e muitas vezes referiam-se à uma vaga insatisfação com a escola como um motivo para sua falta de interesse. Em vez de procurar serviços ou recursos nos programas ou projetos destinados especificamente a *meninos de rua*, confiavam mais nas conexões com pessoas que moravam e trabalhavam na área, para satisfazer as necessidades que não podiam prover por si mesmos. Os contatos sociais com outras pessoas que moravam nas ruas também refletiam seu sentido de diferença; tinham mais contatos com vendedores (de amendoim, flores, balas e lembranças para turistas) do que com quem identificavam como *meninos de rua*. Em comparação com os jovens que conheci na Praça Serzedelo Correia, tinham muito mais contatos com adultos que não trabalhavam em programas para jovens que vivem nas ruas.

Havia um conflito real e sério entre os meninos e adultos que viviam nesta praça e os que viviam perto do Posto 3 e na Praça Serzedelo Correia. Por duas razões, essencialmente, o grupo que vivia na Praça do Lido achava que estava sendo excluído da distribuição de alimentos do Projeto Meninos do Rio e da participação nos programas da Cruzada do Menor. Primeira, porque os meninos do Posto 3, segundo o grupo da Praça do Lido, eram todos um bando de ladrões. Eram violentos e não sabiam dividir nada. Roubaram as quentinhas em algumas das vezes que aqueles tinham conseguido ganhá-las. A idéia básica era que o outro grupo era tão desregrado e bruto (*mal-educado*) que juntar-se à ele simplesmente não dava certo. E não havia quentinhas para os adultos, o que não parecia fazer muito sentido, já que eles eram parte importante do grupo.

A segunda razão era que a equipe do Projeto Meninos do Rio dava prioridade aos meninos conhecidos dos educadores, tanto na distribuição das quentinhas como na seleção para participar dos programas. Era uma armadilha circular: não podiam se beneficiar do programa, receber as quentinhas, participar dos cursos ou de outras atividades da Cruzada do Menor a não ser que construíssem algum tipo de relação com os educadores; e isto era impossível, tanto pela territorialidade dos grupos de jovens que viviam nas ruas de Copacabana, como por sua própria relutância em se associar à *meninos de rua*. Estavam convencidos de que para eles não havia nenhuma maneira real de conseguir acesso aos recursos daquele programa. Mas isto não era o fim do mundo, já que tinham estabelecido outros contatos com que podiam contar, em termos de comida e de outras necessidades básicas. Além do mais, não estavam tão interessados assim em cultivar ligações que apresentavam uma possibilidade apenas distante de alívio; o que queriam era descobrir uma solução imediata para sua falta de casa. Como os programas para jovens que vivem nas ruas usam a idade de 18 anos como limite para o acesso a seus serviços, e como o grupo incluía adultos (i.e., pessoas com mais de 18 anos), a participação no Projeto Meninos de Rua significaria a criação de um novo grupo, em que os mais jovens teriam um *status* privilegiado. E como de muitas maneiras eles dependiam dos mais velhos, tal participação, mesmo que teoricamente possível, teria sido difícil.

■ Centro

As ruas do Centro, incluindo Bairro de Fátima, Cinelândia e Castelo, estão apinhadas de menores e adultos tentando ganhar a vida, num

comércio informal e semi-formal. Os menores trabalham como pedintes, vendedores, ladrões, engraxates, guardadores de carro e prostitutas. A área também concentra programas destinados à jovens que vivem nas ruas, com uma ampla variedade de metodologias e objetivos. A experiência de um deles, a Maloca da Saúde, do Centro Brasileiro de Defesa da Criança e do Adolescente, ilustra bem a maneira em que a concepção de um programa pode acentuar a segmentação social dos jovens que vivem nas ruas. Com um número visivelmente grande de jovens morando e trabalhando nas ruas do Centro, é fácil supor que as diferenças entre os jovens sejam mínimas; mas, na verdade, é muito difícil perceber, mesmo depois de alguma pesquisa, exatamente onde se articulam os demarcadores críticos de diferença. Um destes demarcadores é a preferência sexual e de papel sexual.

Como ficou claro nas descrições das duas áreas de Copacabana, o comportamento sexual de preferência pelo mesmo sexo é altamente estigmatizado e traz consigo severas sanções sociais. Como também já apontei anteriormente, uma das razões pelas quais alguns meninos se mudam para as ruas é o conhecimento das possibilidades sexuais que existem nas ruas, ou, pelo menos, o conhecimento das proibições que existem em casa e as sanções acarretadas por sua violação. A homofobia dos pais é citada muitas vezes como uma razão para se mudar para as ruas. Uma história comum entre os meninos que moravam nas ruas do Centro incluía os seguintes elementos: descoberta, por um dos pais, ou um parente, de que o menino estava fazendo sexo com homens ou com outros meninos; expulsão de casa; ida para as ruas da cidade. É muito comum uma experiência de violência doméstica relacionada à descoberta da preferência de sexo ou de papel sexual (particularmente no caso de travestis, quando os pais ou parentes descobrem que o menino se veste ou age como menina ou mulher). Mas a homofobia não está limitada aos pais ou à família imediata, ela se estende muito além, até a estrutura social da vida nas ruas. Como tentei deixar claro nas descrições das duas áreas em Copacabana, não há espaço para relações sexuais homem-homem no interior da estrutura da maioria dos grupos. Há espaço para relações sexuais homem-homem que sejam secretas, mas em geral elas implicam em algum tipo de sanção, especialmente para o parceiro receptivo (i.e., feminilizado).

Também não há espaço para relações sexuais mulher-mulher explícitas. Nesta parte do relatório focalizo as relações homem-homem, porque a maior parte dos jovens que vivem nas ruas são biologicamente masculinos e porque meu contato com eles era mais fácil. Não quero com isso dizer que não existam mulheres nas ruas ou que as que moram e trabalham nas ruas sejam exclusivamente heterossexuais. Nada poderia estar mais distante da verdade. Muitas mulheres que conheci e que moravam e trabalhavam nas ruas disseram-me que tinham tido relações sexuais com outras mulheres e que isto tinha muito a ver com a ida para as ruas. O fato de não conseguir saber muita coisa sobre a vida delas tinha mais a ver com minha condição de homem do que com qualquer outra coisa. Era simplesmente impossível conversar com as mulheres da mesma maneira que conversava com os homens. Quero deixar bem claro que estou ciente do viés implícito e do silêncio a respeito do lugar das mulheres neste relatório. Volto a isto nas seções **Meninos de rua e Informações relevantes para a prevenção de HIV/AIDS.**

■ Homens que assumem uma identidade homossexual

Para os rapazes que desejam assumir uma identidade distintamente homossexual (e existem muitas possibilidades, não apenas a que poderíamos nos referir, convenientemente, como “homossexual”—uso o termo como uma rubrica que define muitas identidades e possíveis posições sociais), pouco há à fazer, à não ser encontrar um grupo que os aceite. E tais grupos existem, mas fora da categoria que é chamada de *meninos de rua*. Travestis, por exemplo, às vezes vão para as ruas muito cedo (no começo da puberdade), para prostituir-se, e normalmente passam algum tempo morando e trabalhando nas ruas. Por mais jovens que sejam, os travestis que vivem nas ruas são chamados (pelas pessoas que vivem nas ruas, pelos prestadores de serviços sociais e pelos pesquisadores em ciências sociais) de “travestis”, não de *meninos de rua*. A divisão é importante, na medida em que há diferença—real ou definicional—entre travestis e outros homens homossexuais “excluídos”, de um lado, e os jovens que vivem nas ruas, de outro. Os dois grupos têm em comum o fato de viver nas ruas e de ser legalmente menores, mas estes pontos não nivelam as outras diferenças. São dois grupos distintos mas relacionados. O equilíbrio de poder e de recursos disponíveis não é igual entre os grupos definidos por preferência de sexo ou de papel sexual. Num contexto de muito poucos serviços ou recursos, e em que virtualmente nenhum é destinado à categoria, dentre os jovens que vivem nas ruas, que podemos chamar de “travestis”, ou “bichas-loucas” ou mesmo “homossexuais”, esta diferença pode facilmente se traduzir, no que diz respeito à lógica de serviço social, em preconceito, negligência e mesmo ódio.

A Maloca da Saúde, que funcionou apenas durante alguns dos meses que durou este estudo, se localizava numa avenida que, depois que escurece, é também um lugar de prostituição masculina. A entrada da Maloca, que na verdade era apenas duas salas com mesas e cadeiras, era visível da calçada. Dentro havia cartazes, claramente vistos da rua, com dois homens se abraçando. A equipe—que incluía educadores de rua, um assistente social e um consultor (isto, no começo da pesquisa; à medida em que os recursos para este projeto começaram a escassear, a equipe foi sendo reduzida)—aconselhava quanto à prevenção contra a AIDS e distribuía preservativos, além de fornecer outros serviços aos jovens que vivem nas ruas. A equipe procurava incluir, nas atividades regulares do programa, grupos de meninos e meninas identificados como homossexuais, ao contrário da atitude corrente de excluí-los direta ou indiretamente sob o pretexto de que tais atividades não eram capazes de dar conta das “necessidades especiais” de tais grupos. O fato de jovens que expressavam uma preferência pelo mesmo sexo terem descoberto e usado o centro não era apenas resultado de uma política oficial de inclusão, ou que buscava evitar sua exclusão. Tinha também à ver com a visibilidade das imagens homoeróticas, com as discussões abertas sobre relações com o mesmo sexo, e com o fornecimento de informações relacionadas à HIV/AIDS.

O que levava estes jovens, para quem o “grupo” era resultado da criação de um lugar onde eram bem-vindos, à um dado espaço geográfico, era a existência de um programa e de uma equipe que os reconhecia de maneira relativamente positiva. Chegaram à ver aquele espaço como deles, um espaço que existia em oposição aos que “pertenciam” à grupos

que os rejeitavam. Muitos tinham passado pela experiência de ser excluídos de projetos ou de programas destinados à *meninos de rua*— tanto por jovens que encontraram lá, como pela própria equipe. Na verdade, as rivalidades entre grupos definidos por sua aliança à programas e projetos destinados à *meninos de rua* criavam uma atmosfera de tensão entre os jovens de diferentes programas. Estes muitas vezes eram rivais, e tais rivalidades freqüentemente eram expressas em atos de violência entre os jovens. A Fundação São Martinho era em geral tida como um programa voltado apenas para os meninos “bonzinhos”.

Muitos dos jovens que conheci na Maloca da Saúde falaram de dificuldades para obter recursos ou serviços da Fundação São Martinho; outros iam de um programa para outro com relativa facilidade. Mas o uso dos dois programas era seletivo; os meninos que eu conhecia da Maloca e que de vez em quando iam à São Martinho, faziam isso principalmente pela comida. Os jovens associados à Maloca da Saúde eram muitas vezes referidos pelos outros jovens do Centro como “*bichas*” e “*travestis*”. Alguns dos insultos estavam relacionados à rejeição percebida entre jovens homossexualmente identificados e a AIDS: “Cazuza” e “Aid-ético”⁷. As tensões e rivalidades eram claramente o resultado de uma territorialidade de grupo e de programa demarcada ao longo das linhas da homofobia.

Alguns educadores de rua e jovens que vivem nas ruas sugeriam, ademais, que os jovens atendidos pela Maloca eram os mais violentos e criadores de caso, e que por isso não conseguiam se integrar nos grupos de outros programas. Tais comentários revelam tanto os mecanismos de diferenciação social entre os jovens que vivem nas ruas, como as ideologias em ação na indústria de serviços sociais. Muitos dos jovens que conheci na Maloca eram extremamente problemáticos; mostravam sinais claros de severas perturbações emocionais, provavelmente resultado da violência doméstica e dos problemas associados à sua vida particularmente difícil nas ruas. Eram também dos mais desprovidos de direitos; muitos não podiam voltar para casa por causa das ameaças de violência relacionadas à sua preferência sexual, e poucas opções aceitáveis lhes estavam disponíveis, no leque existente de serviços sociais. Como outros jovens que conheci que viviam nas ruas e tinham pouca ou nenhuma conexão com a família, eles muitas vezes apresentavam sintomas de prolongado consumo de drogas. Mudanças radicais de humor, pequenos períodos de atenção e explosões violentas eram comuns. Mas estas características não definem o grupo de jovens que freqüentavam a Maloca; também estavam presentes em outros grupos de jovens que vivem nas ruas, particularmente aqueles com pouca ou nenhuma ligação com uma casa ou família. O mais definicional era a marginalidade, baseada em sua preferência de sexo e de papel sexual, que não se encaixava nos padrões sociais de outros grupos de jovens que vivem nas ruas e não era bem recebida pelos prestadores de serviços sociais, que consideravam a homossexualidade como perversão ou como sintoma patológico de pobreza. Nos ambientes institucionais, a categoria “homossexualidade” simplesmente não combina com a categoria “jovem”. Há uma tendência a rotular os jovens homossexualmente identificados de “violentos” ou de “criadores de caso”. Mas quando jovens heterossexuais se comportam das mesmas maneiras, não são rotulados da mesma maneira.

É muitíssimo mais trabalhoso viver uma vida triplamente ou quadruplamente marginal: os jovens de rua pobres, sem casa, não-brancos e homossexuais simplesmente têm de ser mais cuidadosos e criativos para viver. O grupo de travestis, por exemplo, não conseguia um lugar fixo para morar e trabalhar. Por toda a cidade seus movimentos eram muitas vezes mediados por confrontos violentos com outros grupos que viviam nas ruas, inclusive de jovens. O fato da Maloca da Saúde, com uma equipe relativamente pequena e uma infraestrutura física bastante precária ter conseguido alcançar um número tão grande de jovens homossexualmente identificados é um testemunho tanto da ausência como da necessidade de serviços para este grupo. É difícil reconciliar o grande número de jovens de rua que conheci, cuja ida para as ruas tinha sido mediada pela homofobia, e a escassez de recursos a eles dirigidos. Esta lacuna no fornecimento dos poucos serviços disponíveis só pode ser atribuída aos pontos cegos institucionais relacionados a padrões antigos de preconceito.

INSTITUIÇÕES E ORGANIZAÇÕES QUE AFETAM OS JOVENS QUE VIVEM NAS RUAS

Meus contatos com organizações e instituições que têm contato direto ou indireto com jovens que vivem nas ruas foram feitos de duas maneiras. Primeira, fui apresentado por Paulo Longo à vários educadores de rua e organizadores de programas. Segunda, ouvi falar, e ocasionalmente entrei em contato com tais organizações através dos jovens que conheci nas ruas. Nesta seção do relatório, gostaria de apontar a variedade dos contatos que os jovens que vivem nas ruas tem com instituições organizadas formalmente e informalmente, bem como o impacto que elas têm em seu cotidiano. Algumas delas afetam diretamente as escolhas de vida dos jovens que vivem nas ruas; outras têm efeitos mais sutis sobre seu dia a dia. O que se segue é uma listagem parcial de algumas das mais importantes com as quais tive algum contato; não é, de maneira alguma, uma listagem de todas as organizações e grupos do Rio de Janeiro que trabalham com crianças e adolescentes das ruas. Algumas foram descritas em outras seções do texto; outras, não.

- **Meninos do Rio.** Era um programa fundado pela Associação de Hotéis e Turismo que operava nas vizinhanças das praias de Copacabana, Ipanema e Leblon e era administrado pela Cruzada do Menor. Os jovens atendidos também tinham acesso, através dos educadores de rua e da equipe do Projeto Meninos do Rio, à outros programas administrados pela Cruzada.
- **Centro Brasileiro de Defesa da Criança e do Adolescente.** Nos cinco primeiros meses deste projeto o programa operou a Maloca da saúde, um centro de passagem. A equipe de educadores também trabalhava na Central do Brasil, Praça Saens Peña, Praça Mauá, Leme, Praça Tiradentes e Castelo.
- **Fundação São Martinho.** Tive muito pouco contato com esta organização, que administra um dos maiores centros de passagem para jovens que vivem nas ruas do Rio de Janeiro. Muitos dos jovens que trabalham

no centro da cidade têm algum contato com esta organização, que também desenvolve programas em outras partes da área metropolitana.

As instituições que têm contato com jovens que moram e trabalham nas ruas não se limitam àquelas formadas com a intenção de fazer contato com *meninos de rua* ou menores abandonados. Incluem muitos outros grupos ou organizações, alguns sem qualquer estrutura formal ou fonte regular de recursos. Outros, como o grupo de *vigilantes*, jovens moradores de apartamento em Copacabana e que atacam os vizinhos que vivem nas ruas, revelam a persistência de odiosas instituições sociais. De maneira diferente, mas igualmente informal, indivíduos preocupados participam da instituição cultural da caridade, dando assistência à jovens que moram e trabalham na rua. Segue uma listagem parcial de algumas das organizações ou instituições que não têm os *meninos de rua* como razão de ser, mas que mantêm contatos significativos com jovens que vivem nas ruas:

- O Juizado de Menores, que toma decisões à respeito dos que cometem infrações legais. A maioria dos jovens que conheci nas ruas tinham tido alguma experiência de contato com estas autoridades, inclusive internamento.

- A polícia, cujo contato com os jovens que vivem nas ruas vai—segundo muitas reportagens pela imprensa—do envolvimento em esquadrões da morte a uma ocasional e até mesmo organizada (e altamente propagandeada) benevolência. Em geral, os jovens que vivem nas ruas vêem a polícia como especialmente ameaçadora e têm pouco acesso aos recursos legais em suas relações com ela. A polícia pode cobrar “pedágio” (uma contribuição de alguma espécie) em troca da permissão de morar ou trabalhar numa dada área. E segundo algumas das pessoas da rua, também pode ter algum papel na organização dos crimes cometidos pelos jovens que vivem nas ruas. Falar sobre os contatos com a polícia algumas vezes é difícil, já que eles querem se distanciar de qualquer associação com a criminalidade; isto não quer dizer que não tenham contato com a polícia. O contato com os policiais é muito temido e evitado.

- Os *camelôs* tinham relações íntimas com algumas das crianças e adolescentes que conheci morando e trabalhando nas ruas. Algumas vezes davam-lhes comida, dinheiro, ou a oportunidade de fazer pequenos serviços, ajudavam à negociar os problemas com a polícia, com os donos de loja, porteiros ou moradores locais. Às vezes tinham relações mais pessoais com alguns jovens das ruas. Os jovens que vivem nas ruas estão sempre envolvidos em alguma espécie de atividade comercial; os adultos que desempenham trabalhos similares são amigos e aliados lógicos.

- Os moradores locais podem estabelecer relações duradouras e significativas com os jovens que vivem nas ruas. Às vezes lhes dão comida, algum trocado ou permissão para dormir debaixo das marquises dos prédios. Os politicamente ativos podem tentar dar acesso a recursos e serviços de que os jovens que vivem nas ruas precisam. Inversamente, podem fazer uma oposição organizada ou semi-organizada à sua presença. A objeção pode se manifestar de várias maneiras: registro de queixas, contratação de segurança particular, auto-organização para reprimir os grupos de jovens que vivem nas ruas.

■ No Centro e em Copacabana, muitas vezes os trabalhadores sexuais têm relações com jovens que vivem nas ruas. Os jovens que receberam preservativos não tiveram nenhuma dificuldade de vendê-los às prostitutas que conheciam.

■ As pessoas que vendem aos jovens que vivem nas ruas os tóxicos que eles consomem, ou que lhes fornece drogas para vender, têm relações muito mais encobertas. Sua presença nas ruas é às vezes bem fácil de perceber, embora nenhum deles jamais tenha se apresentado à mim como traficante. Os adultos que organizam as atividades ilegais dos menores (p. e., roubos) também têm uma presença significativa e igualmente exclusiva na rua.

■ Os *viados* míticos—que segundo alguns jovens que vivem nas ruas, procuram-os para satisfazer o desejo de ser analmente penetrados—também têm uma “presença” significativa nas ruas—pelo menos a nível de conversa. Não há evidências de que realmente existam, mas fala-se tanto deles que acho que merecem menção. Não existem muitas opções para o jovem homossexualmente identificado falar sobre sexo homem-homem. Uma delas é contar histórias roteirizadas sobre sexo com *viados*. Isto também é verdade para os travestis que, de acordo com outro mito roteirizado, enganam os rapazes, levando-os a pensar que são mulheres de verdade. Estes mitos são instituições (discursivas) entre alguns grupos de homens homossexualmente identificados.

■ Os parceiros sexuais adultos dos jovens que vivem nas ruas. “Adulto” tem aqui um significado diferente, porque não denota meramente uma diferença de *status* legal. Também conota uma diferença de *status* social e de relação de poder. Os parceiros sexuais adultos dos jovens que vivem nas ruas muitas vezes usam sua posição social ou profissional para obter favores sexuais. Devido ao silêncio em torno da questão da sexualidade adolescente e do envolvimento sexual de adultos com jovens que vivem nas ruas e com outros jovens marginalizados, considero que esta relação sexual exista dentro de uma instituição social de silêncio e denegação.

O consumo de diversões e de informações é também indicativo de envolvimento com outro conjunto de instituições. As crianças e adolescentes que conheci nas ruas não eram, de maneira alguma, desconectados das indústrias de produção de diversão e de informação. Muitos deles eram ávidos consumidores de diversão e de sua irmã gêmea nos meios de comunicação, a informação. Têm acesso ocasional à televisão e ao cinema e acesso constante às imagens impressas. Acompanhavam a vida de atrizes, atores, cantores, esportistas e políticos. Como em outros grupos sociais, o consumo de diversão e de informação reflete alianças sociais e políticas; reflete algumas dimensões de identidade. Na época em que fiz esta pesquisa, era muito comum grupos de jovens que vivem nas ruas ir, quando tinham dinheiro, a um “*baile funk*” semanal. O dinheiro não era apenas para pagar a entrada, mas também uma questão de auto-produção. Tinham de vestir roupas limpas, tornar-se fisicamente o mais atraentes possível, produzir o aspecto apropriado para a ocasião, e ter o suficiente para pagar a entrada. O mesmo era verdade para os fãs de futebol, que iam, sempre que podiam, aos jogos de seus times favoritos.

Descobri que entre os jovens que, pelo menos às vezes, se definem como “*meninos de rua*”, o padrão de uso e filiação institucional era muitas vezes bastante diferente dos que não usavam esta expressão para se

descrever. Os tipos de conexões que qualquer jovem tende à ter depende da idade, de sua posição geográfica na cidade, de suas atividades geradoras de renda, e dos tipos de decisão que ele ou ela fizeram a respeito da seleção de grupo.

Os jovens que conheci e que moravam e trabalhavam nas ruas da Zona Norte não tinham nenhum contato com programas destinados aos jovens que vivem nas ruas, porque não havia nenhum naquela área. Mesmo que existisse, eles não se consideravam “meninos de rua” e talvez não pensassem em procurá-lo. Tinham muito contato com o Juizado de Menores. Num grupo de oito meninos de sete à doze anos que conheci, três tinham passado pela experiência da internação, porque as famílias não tinham como cuidar deles. Os meninos deste grupo viviam com as famílias a maior parte do tempo; quando não estavam na escola ou em casa, estavam nas ruas. Tomavam conta de carros e pediam dinheiro; de noite iam para casa com o que tivessem ganho. Assim como seus mundos sociais eram mais limitados, também era pequeno o seu conhecimento da vida fora das vizinhanças. Seu contato com os meios de comunicação era principalmente através da televisão, mais do que de revistas, jornais, ou cinema.

O padrão de diferença de filiação institucional estende-se além das relações entre os prestadores de serviços sociais e os jovens que vivem nas ruas. A atividade criminosa, por exemplo, carrega consigo um poderoso estigma de marginalidade e de ilegitimidade, seja o consumo de drogas ilegais, seja o envolvimento em “crimes”. Os que faziam um investimento maior na manutenção de identidades de alguma maneira mais “legítimas”, ou menos associadas à “rua” (e rua, neste caso, é mais uma categoria moral do que um espaço geográfico), claramente relutavam em se envolver abertamente em atividades “criminosas”. O mesmo é verdade a respeito das instituições sexuais; quanto menos “legítima” a relação sexual, mais *status* se perde ao admiti-la.

Assim como o envolvimento em programas para *meninos de rua* pode exigir que os jovens assumam uma identidade particular (e abram mão de outras), quem tem certas filiações e conexões deve se colocar em condição de usá-las. Os que preferem receber esmolas dos moradores da área nem sempre são os mesmos que pretendem assumir identidades marginais. Muitos dos moradores de apartamentos com quem falei e que tinham boas relações com jovens que moravam ou trabalhavam nas ruas da vizinhança afirmavam que, no caso, não se tratava de “*pivetes*”. Ou seja, os que tinham mais possibilidade de se beneficiar de tais relações de patronato eram aqueles capazes ou desejosos de apresentar identidades “legítimas”. Tinham de se mostrar meninos “bons” ou “honestos”, em oposição aos marginais.

“MENINOS DE RUA”: A CRIAÇÃO DE UMA CATEGORIA DE SERVIÇO SOCIAL

A categoria “*meninos e meninas de rua*”, da maneira em que foi operacionalizada na formação de projetos, programas, propostas de financiamento, agendas de pesquisa e no interior do discurso sociológico,

médico, psicológico e legal, apresenta algumas suposições enganosas acerca dos jovens que moram e trabalham nas ruas e de suas relações com outros segmentos da sociedade. Primeiro, a própria categoria serve para definir e dividir o público em geral, “nós”, e “eles”, os *meninos e meninas de rua*. Tenta estabelecer, com uma definição da ciência social, uma categoria demográfica (com um perfil definicional de “meninos de rua”) para um conjunto de grupos distintos e que por vezes se sobrepõem, compostos de menores em termos legais que partilham a experiência de morar e trabalhar nas ruas. “Meninos e meninas de rua” condensa as amplas e nebulosas rubricas “menores legais” e “rua”, para formar uma categoria híbrida, cujos significados implícitos e explícitos permanecem mal definidos.

“Rua”, por exemplo, normalmente significa ruas muito distantes de casa, ou ruas próximas às casas dos membros mais privilegiados da sociedade. Será que também inclui as ruas perto de casa, onde as crianças sem acesso à escola ou à creche passam o dia brincando? Em geral, não. Os jovens que moram e trabalham nas ruas do Rio tornam-se elegíveis para a inclusão na categoria “meninos e meninas de rua” quando moram e trabalham nas ruas do Centro e da Zona Sul, onde opera a maior parte dos programas à eles destinados. “Meninos” é definido em termos puramente legais, sem qualquer noção real do momento em que faz sentido, psicologicamente, começar a chamar alguém de “adulto”. Podemos concordar, no entanto, que a categoria “meninos de rua” tem algo a ver com quem é legalmente definido como menor, com pobreza, com poucas ou precárias conexões com uma casa ou família, com o trabalho ou a subsistência nas ruas, e com o fato de viver o tempo todo, ou parte do tempo, nas ruas. Mas como o número de jovens que moram e trabalham nas ruas é muito grande, e como as diferenças entre eles também são muito grandes, esta definição ainda é muito vaga para ser de alguma utilidade analítica. Na prática, a definição se faz não em relação à uma hipotética população de jovens que moram e trabalham nas ruas, mas em relação aos jovens com quem os programas e projetos para “meninos de rua” fazem contato. Desta maneira, a definição de *meninos e meninas de rua* se torna irremediavelmente vinculada aos programas e serviços que existem para eles.

Ao mesmo tempo em que nem sempre é claro à que pessoas ou grupos a expressão pode se referir, os limites de seu significado podem ser percebidos examinando-se a natureza dos grupos à que a expressão não se refere. Há muitos grupos cujos membros são menores em termos legais e que podem, às vezes, morar e trabalhar nas ruas mas que, apesar disso, não caem, ou normalmente não caem, na categoria “meninos e meninas de rua”. Ou seja, em geral não são atendidos pelos programas destinados aos “meninos de rua” e têm características que podem ser consideradas como atípicas de jovens que vivem nas ruas. Os programas para jovens que vivem nas ruas não os têm em mente quando são conceptualizados ou executados. Incluem: travestis, *michês*, prostitutas e pessoas que tomam drogas injetáveis. Tais grupos, e nisto não há surpresa, podem ser pensados como categorias de pleno direito, separadas e independentes dos *meninos e meninas de rua*. Sabendo-se que alguns de seus membros também são menores, podem ser pensados como sub-grupos, definidos contra o pano de fundo de um “público geral” de *meninos e meninas de rua*.

Jovem é um termo social, cultural e legal que demarca um período de vida com definição cronológica. O termo não denota um grupo demográfico homogêneo para o qual se possa criar programas e projetos sem diferenciação e segmentação significativas. Morar e trabalhar na rua não é, como ilustram os exemplos acima, um nivelador de todas as outras diferenças sociais. A expressão "*meninos e meninas de rua*" normalmente não é sensível à tais diferenças. Em alguns casos, tem sido usada de maneira a sugerir que não existem diferenças sociais significativas ou que estas não são importantes, dada a emergência de sua situação; ou seja, a pobreza e a miséria obliteram todas as diferenças sociais, e o fornecimento de serviços não necessariamente leva em conta a segmentação possível ou teórica da população-alvo. O que resta na definição operacionalizada—embora empobrecida, mas raramente discutida ou debatida—de "*meninos e meninas de rua*" é constitutivo de um serviço social para o "público em geral". Às organizações internacionais, governo, ativistas, planejadores de programas, pesquisadores e prestadores de serviços cabe decidir quem—e o que—resta depois que as "diferenças" (leia-se: desvios) são obliterados pela miséria da população. As diferenças perdem sua importância ou significado perante a dominadora, mas contínua emergência da pobreza.

Este nivelamento ou eliminação da diferença na definição de uma população hipotética e no desenvolvimento de uma proposta de programa tem efeitos sobre a prestação de serviços. Os projetos e programas para *meninos e meninas de rua* com os quais tive contato alcançam um segmento muito limitado dos jovens que moram e trabalham nas ruas, deixando outros sem acesso aos serviços e recursos que oferecem. Minha experiência com jovens nas ruas do Rio mostrou um padrão bem definido: havia um número relativamente pequeno de jovens muito bem conectados a vários programas e projetos, e um número maior com pouca ou nenhuma conexão com os prestadores de serviços sociais. O fato de nenhum dos programas existentes ser capaz de atingir todos os jovens nas ruas não é nenhuma surpresa, dados os recursos limitados de cada organização individual. E dado que, na época em que este relatório foi escrito, estes programas não eram parte de uma estratégia organizada e planejada para tratar um conjunto de problemas bem definidos, não é nenhuma surpresa que o fornecimento de serviços fosse feito sem qualquer coordenação.

A segmentação da população de jovens que vivem nas ruas ocorre de maneira não necessariamente organizada ou planejada. Muitas organizações pareciam atingir um grupo relativamente pequeno de jovens que vivem nas ruas; alguns grupos eram atendidos por muitos prestadores de serviços, enquanto pouco ou nenhum esforço era feito para alcançar outros grupos. Isto ilustra uma das maneiras pelas quais um "perfil" muitas vezes tácito, mas claramente entendido, de "*meninos de rua*" age no sentido de dirigir a ação de prestadores de serviços sociais. A resultante superposição no fornecimento de serviços era até mesmo fonte de tensão entre as organizações; testemunhei mais de uma acalorada discussão sobre qual organização deveria atuar com que grupo, ou qual organização realizava uma ação melhor com o mesmo grupo.

Engraxates que trabalham com um pequeno grupo de amigos, dormem nas ruas durante a semana e vão para casa nos fins de semana podem ter pouca coisa em comum com jovens que ficam nas ruas o tempo todo.

Crianças pequenas que pedem esmola ou vendem bala ou flores sob a supervisão de membros da família não são “meninos de rua” no mesmo sentido dos meninos mais velhos que ficam na rua sem nenhuma supervisão ou sem nenhuma conexão com a família. Como descrito no exemplo do grupo que vivia na Praça do Lido, famílias inteiras que vivem juntas na rua podem considerar-se, e consideram-se, muito diferentes de quem não tem conexões com a família ou com uma casa. Finalmente, os jovens discriminados (como os homossexualmente identificados que conheci na Maloca da Saúde) muitas vezes são levados a procurar apoio ou serviços através de programas que não são especificamente designados para *meninos e meninas de rua*.

■ “Meninos de rua” e a prestação de serviços sociais

Uma entrevista que fiz com um educador de rua que trabalhava com o Projeto Meninos do Rio chamou a atenção para algumas das dificuldades enfrentadas pela equipe do programa na decisão de como alocar recursos muito limitados. Através do financiamento das lojas C&A do Rio, a Cruzada do Menor (organização guarda-chuva através da qual funcionava o Programa Meninos do Rio) começou a operar uma casa para *meninos e meninas de rua*. Alguns dos jovens selecionados para participar neste novo projeto deveriam morar na casa, enquanto outros, em maior número, apenas durante o dia teriam acesso à casa e aos programas oferecidos pela Cruzada do Menor. O processo de seleção foi difícil, já que o espaço disponível na casa era muito menor do que o número de jovens que queriam ocupá-lo. Implicava em critérios tanto subjetivos como objetivos e era mais complicado do que parece, nesta condensação da entrevista que fiz com o educador de rua. Alguns dos critérios mais significativos eram os seguintes:

- Os jovens deveriam conhecer e ter uma relação com um dos educadores que trabalhavam com o Programa Meninos do Rio. Os que tinham participado dele desde o início e tomado parte em outros programas da Cruzada do Menor tiveram preferência. Os membros da equipe que decidia quem era, ou não, um bom candidato para o novo programa estavam em melhor situação para tomar tais decisões à respeito de crianças e adolescentes que conheciam bem.
- Deu-se preferência aos jovens cuja situação era considerada mais precária (i.e., tinham menos conexões com casa, família ou outras instituições), e que podiam se beneficiar mais do fato de ter alojamento imediato.
- Os jovens selecionados para morar na casa tinham de ter expectativas e objetivos compatíveis com os do projeto.

Não é minha intenção criticar os critérios de seleção do Programa Meninos de Rua; os recursos disponíveis eram limitados e seus organizadores obviamente tinham de encontrar meios de usá-los da maneira mais eficiente. No entanto, é importante apontar alguns dos significados da determinação de quem era, ou não, considerado candidato a morar numa casa para *meninos e meninas de rua*. O processo de seleção favoreceu quem tinha uma relação de longa data com a equipe do programa (logicamente, quem tinha morado e trabalhado na rua durante aquele tempo). Conseqüentemente, os melhores candidatos eram também quem tinha

menos conexões com casa, família ou outra instituição qualquer. Claramente, estes critérios faziam sentido, já que tais jovens eram também aqueles cujas opções e recursos eram mais limitados.

Os outros grupos que têm algumas ligações com casa, família, ou outras instituições não têm necessariamente as mesmas conexões com programas para jovens que vivem nas ruas. Na verdade, os rumores que circulavam nas ruas de Copacabana na época em que a casa abriu referiam-se muitas vezes à territorialidade e à especificidade social dos jovens selecionados para morar na casa. Como mostra a descrição de grupos específicos, o contato do Projeto Meninos do Rio com jovens de Copacabana era com um grupo particular, que se distinguia de outros grupos com nenhum ou pouco contato com o programa. Na rua, eles eram chamados de *pivetes*, *ladrões* e *moleques*, em oposição aos que não foram selecionados e que se viam como menos "marginais". Embora os rumores estivessem claramente relacionados ao sentimento de desapontamento e de ressentimento vivido por aqueles que não podiam morar na casa, também se referiam a um resultado não intencional da organização e administração dos programas para *meninos de rua*. O sentimento de muitos dos jovens que conheci e que viviam nas ruas era de que para conseguir alguma coisa destes programas era preciso mostrar que não possuíam nada. Muitos programas atingem apenas uma pequena parcela de jovens que estão nas ruas há muito tempo. Na verdade, para obter recursos ou serviços destinados aos jovens que vivem nas ruas é preciso estar na rua, e nela permanecer por muito tempo, o suficiente para perder outras fontes de apoio. Este tempo, que representa um processo gradual de crescimento da miséria, pode ser o tempo necessário para que um jovem chegue a se considerar *menino ou menina de rua*. Nas ruas, uma maneira de mostrar que não se tem nada é referir à si mesmo como *menino de rua*.

Meninos de rua, afinal de contas, tornou-se uma expressão quase pejorativa, mesmo entre os que não moram e trabalham nas ruas. Entre estes, *meninos de rua* é a própria definição dos que nada têm, exceto a marginalidade e o estigma associados à sua existência. Por esta razão, mesmo os que nada têm para mostrar que não estão completamente desprovidos de direitos nem totalmente desconectados da sociedade "legítima", fazem questão de demonstrar o contrário. E também eles podem acabar tendo pouco ou nenhum acesso aos recursos destinados aos jovens que vivem nas ruas. Muitas vezes se acredita que é preferível articular algum tipo de diferença social que permita uma distância da expressão *menino de rua* do que se associar à ela de alguma maneira. Em certos momentos, o rótulo *menino de rua* é assumido estrategicamente, quando isto pode levar a obter recursos; em outros, ele é negado, quando é preferível uma identidade mais "legítima" ou menos estigmatizada. Desta forma, adotar tanto a identidade como o comportamento de *menino de rua* (i.e., se transformar em *moleque*, ou *pivete*) é muitas vezes parte de uma estratégia de sobrevivência, um ato de resistência no interior de um contexto que permite poucas oportunidades. Isto só é possível, claro, na presença tanto de circunstâncias de miséria virtualmente absoluta e de ausência de direitos, como de um sistema de serviços sociais que dirige seus recursos para os que já atingiram o fundo do poço.

■ Serviços sociais e a formação de grupos na rua

Além das razões sociais que levam à evitar qualquer associação com a expressão “*meninos de rua*”, o acesso aos programas destinados à jovens que vivem nas ruas também pode ser afetado pela territorialidade dos grupos que estes programas realmente atingem. Como descrito anteriormente, através de uma combinação de preconceito institucional e de hostilidade dos membros dos grupos servidos por um dado programa, muitas vezes o acesso aos serviços tem sido negado a jovens homossexualmente identificados. Os grupos de jovens beneficiados são predominantemente, ou mesmo exclusivamente, homens. Os programas destinados aos jovens que vivem nas ruas devem considerar que a situação das meninas e das mulheres jovens que vivem nas ruas é muito diferente da situação dos meninos e dos homens jovens. Em si mesma, a constante ameaça de violência contra as mulheres faz das ruas um lugar continuamente perigoso para meninas e futuras mulheres; a não ser que os organizadores e a equipe do programa levem em conta esta situação, os próprios projetos podem muito bem ser tão hostis e perigosos quanto as ruas. Compreender os mecanismos de diferenciação social relacionados à sexualidade, inclusive a preferência de sexo e de papel sexual, é particularmente importante para a prevenção da HIV/AIDS. Se os organizadores e a equipe do programa não forem capazes de entender de que maneira a posição social afeta o poder de tomar decisões à respeito da sexualidade, como poderão entender os contextos em que os jovens tomam decisões a respeito de suas práticas sexuais?

No caso dos jovens homossexualmente identificados e das mulheres (mais uma vez, os grupos são distintos mas se sobrepõem—existem jovens identificadas como lésbicas que moram e trabalham nas ruas), a segmentação e diferenciação no fornecimento de serviços é tão evidente quanto silenciosa. Nunca li, em lugar algum de qualquer descrição de programa, as palavras “este programa destina-se especificamente a jovens heterossexuais que estão nas ruas há muito tempo”; mas, na prática, foi exatamente isso o que encontrei. Mesmo quando meninas e mulheres jovens participavam dos programas, poucas medidas eram tomadas especificamente para elas. Infelizmente, os próprios programas muitas vezes serviam como mecanismos de diferenciação social, especialmente quanto às diferenças relacionadas à preferência de sexo e de papel sexual. Numa clara mostra disso, os membros da equipe referiam-se aos jovens que procuravam a Maloca da Saúde como “bichas”. O fato destes jovens terem pouco ou nenhum acesso aos outros programas, o despeito de estarem entre os mais desprovidos de direitos entre os jovens que vivem nas ruas, reforça a necessidade de discutir, debater e problematizar o uso da expressão “*meninos de rua*”.

A capacidade de controlar de alguma maneira sua decisão sexual está diretamente relacionada ao poder social. Não se pode esperar que os jovens tomem decisões refletidas à respeito da redução do risco de transmissão do HIV se não estão em posição de exercer controle sobre suas vidas sexuais. Deve-se considerar, em especial, as situações daqueles cuja marginalidade está relacionada tanto ao sexismo quanto à homofobia.

Para que os prestadores de serviços, ao dar este tipo de apoio, ajudem na prevenção da HIV/AIDS e das DSTs e na promoção da saúde reprodutiva em termos gerais, devem estar conscientes quanto às características

dos grupos com que trabalham. Não apenas variam as práticas sexuais entre os diversos grupos de jovens que vivem nas ruas, como também são muito diferentes as percepções que eles têm das conseqüências, sociais e físicas, dos atos sexuais. A percepção do risco associado às práticas sexuais está diretamente relacionada às identidades sociais dos atores sexuais. Existem jovens heterossexualmente identificados que não percebem que suas práticas sexuais colocam-nos em “risco” de contrair HIV ou doenças sexualmente transmissíveis, ou que, na maioria das situações sociais, não querem falar destes riscos. Este sentimento de imunidade vai além da mera demarcação dos “grupos de risco”. Há, na noção de relação sexual “legítima” (i.e., um casal de namorados firmes que proclamam fidelidade um ao outro) um falso sentido de proteção não apenas contra a infecção pelo HIV e outras doenças sexualmente transmissíveis, mas também contra as conseqüências de uma gravidez não planejada. A idéia é de que a “legitimidade” social da relação é que dá proteção contra a doença. E numa relação destas, também se acredita (ou pelo menos se espera), que na eventualidade de um filho o pai fará algum esforço para sustentar a criança—muito embora isto raramente aconteça. Inversamente, muitos jovens homossexualmente identificados percebem o “risco” de seus atos sexuais como relacionados não aos mecanismos que permitem a transmissão da infecção durante o ato sexual, mas ao estigma social que cerca suas relações sexuais e sociais. Da mesma forma em que a “legitimidade” social de relações corretas é percebida como protetora em si mesma, a “ilegitimidade” das relações com o mesmo sexo é pensada como inerentemente contrária à saúde.

PRÁTICAS SOCIAIS, PRÁTICAS SEXUAIS: A CONSTRUÇÃO DO DESEJO E DA NECESSIDADE, DO RISCO E DA SEGURANÇA

■ Necessidades e desejos: a estrutura cultural em que a sexualidade adolescente é discutida e praticada

Parece haver um certo silêncio a respeito da sexualidade adolescente, um silêncio que se refere às regras rompidas pela própria idéia de sexualidade adolescente. Sexo antes do casamento, incesto, homossexualidade e prostituição são apenas alguns dos pecados sugeridos pela sexualidade adolescente. Mas o silêncio não é total. Fala-se sobre sexualidade adolescente. Adultos, inclusive os que trabalham com jovens (e com jovens que vivem nas ruas), falam sobre isto, os adolescentes falam sobre isto. As histórias que se contam sobre a sexualidade adolescente são muitas vezes padronizadas e roteirizadas; o fim pode ser previsto do começo.

Estas histórias referem-se às maneiras pelas quais os adolescentes, que se supõe serem sexualmente inativos, vivem suas vidas sexuais proibidas. Algumas dessas histórias foram discutidas em outras seções do relatório. Travestis que “enganam” os homens, levando-os à fazer sexo com eles, *viados* que solicitam que homens “heterossexualmente identificados” penetre-os analmente, e claro, as mentiras sobre fidelidade que garantem

a “legitimidade” das relações. É claro que as pessoas mentem muitas vezes sobre as maneiras em que fazem sexo. Mas estas mentiras seguem certos padrões, que tornam as histórias sobre sexualidade adolescente repetitivas e previsíveis.

As histórias que ouvi, de jovens que conheci e de adultos que com eles se relacionavam, tinham poucas surpresas. Quando um adulto (um pesquisador, por exemplo) pede informações sobre práticas sexuais, são produzidas narrativas típicas que dão algum sentido ao que deva ser a apresentação pública da sexualidade. A diferença entre as histórias da vida sexual dos jovens que vivem nas ruas e as que são contadas sobre grupos que não vivem nas ruas é precisamente a estrutura de pobreza, miséria e emergência.

A sexualidade entre os “marginais” é muitas vezes interpretada e descrita (pelos “não-marginais”) em termos que não se adequariam ao público “geral”. Tendemos à estruturar a vida, inclusive sexual, dos “marginais”, em termos radicalmente diferentes dos usados para os não-marginais. Esta tendência leva à criar distâncias e diferenças ilusórias entre “nós” e “eles”, os marginais. Também leva à histórias que só parecem dignas de crédito quando entendidas na estrutura da “pobreza” e do “desespero”.

Michês, por exemplo, sempre insistem em que sexo com outros homens, só por dinheiro. E, na verdade, quando fazem sexo com outros homens normalmente obtêm algo em troca. Vincular uma prática sexual estigmatizada à uma condição econômica e social serve de alguma maneira para justificá-la sem levantar a questão da volição. Mas em que medida realmente acreditamos que não existe nenhum traço de desejo pelo corpo de outro homem na transação sexual de um *michê* ou que o dinheiro em si mesmo seja sexualmente excitante? Em que medida desejamos acreditar que o desespero da pobreza traz uma mudança total na configuração do desejo sexual?

Com respeito aos *meninos e meninas de rua*, a sexualidade geralmente está ligada (para observadores externos e prestadores de serviços) a questões de saúde e pobreza (i.e., prostituição, doenças sexualmente transmissíveis, AIDS, abusos sexuais e gravidez). De alguma maneira, vincular a sexualidade adolescente a questões de sexo e pobreza facilita falar da sexualidade dos jovens que moram e trabalham nas ruas. Mas também limita a maneira pela qual ela pode ser discutida, enquadrando-a num conjunto de patologias sociais (exploração, abuso, perversão). Muitas vezes se diz que os *meninos e meninas de rua* exercem uma “sexualidade de sobrevivência”. Esta vinculação apresenta problemas. Se analisarmos a sexualidade dos jovens que vivem nas ruas apenas em termos sócio-econômicos, podemos ser levados a acreditar que a sexualidade dos jovens marginalizados é totalmente divorciada da sexualidade dos não-marginais, e que a questão do desejo não existe, ou não é importante.

É preciso questionar as suposições sobre a vinculação entre sexualidade e *status* sócio-econômico, bem como sobre diferenças entre marginalizados e não-marginalizados. Em que medida desejamos acreditar que a emergência da pobreza transforma totalmente a sexualidade? O fato dos adultos geralmente se incomodarem com a questão, e dos jovens muitas vezes responderem de maneira roteirizada às perguntas que lhes são feitas só nos dá motivos para examinar mais de perto a construção da

sexualidade entre os jovens que vivem nas ruas. Por outro lado, as condições sócio-econômicas afetam todas as relações sociais, inclusive as sexuais. Mas não apenas entre os pobres ou marginalizados. Afinal de contas, será que realmente nos iludimos a ponto de acreditar que a sexualidade entre os membros mais privilegiados da sociedade é exercida sem qualquer consideração a respeito de ganhos? Será que os casamentos são considerados sem que se pense a respeito das conseqüências materiais ou das possibilidades sociais da união? Será que nas classes média e alta o poder, o *status* e o dinheiro não figuram proeminentemente entre os critérios de seleção do parceiro? Mas é que não se deve dizer que dinheiro e poder fazem diferença nas preferências à respeito de quem escolhemos para amar (qualquer que seja a maneira); são tópicos inadequados à uma conversa educada. Na realidade, estas coisas importam. Importam muito, tanto entre os pobres como entre os ricos.

■ Além da “sexualidade de sobrevivência”

Uma das maneiras pelas quais tanto os jovens como os adultos que atuam junto a eles entendem e explicam as práticas sexuais que acontecem entre jovens que vivem nas ruas, é colocando-as numa categoria que normalmente se chama algo como “sexualidade de sobrevivência”. No interior deste tropo, todo o comportamento sexual dos jovens que vivem nas ruas pode ser entendido como uma manifestação de alguma força maior que lhes permite sobreviver às dificuldades da vida na rua. Mais importante, ela permite a crença de que a atividade sexual entre os jovens que vivem nas ruas nada tem a ver com o desejo sexual dos “meninos de rua”. Os próprios jovens são assim convenientemente dessexualizados, confirmando a noção socialmente e culturalmente pré-determinada de que a sexualidade adolescente não existe na realidade, ou existe apenas como uma heterossexualidade dormente. O que toma seu lugar, nesta estrutura, é a necessidade de enfrentar as dificuldades da vida das ruas e de usar o corpo para tal. A sexualidade torna-se puramente instrumental. Nada reflete dos atores sexuais; demonstra, ao invés disso, a natureza da situação em que agem; neste caso, são meras vítimas. O desejo pode ser colocado nos vitimizadores, que podem ser, para nomear apenas alguns, travestis que “enganam” os jovens que vivem nas ruas fazendo-os acreditar que são biologicamente mulheres, chefes de bandos que fazem sexo com membros mais jovens ou menos poderosos, adultos pervertidos que pagam para fazer sexo com os “meninos de rua”, ou clientes dos jovens trabalhadores sexuais das ruas.

■ Mentiras padronizadas e histórias roteirizadas

Existe um caso interessante em que o desejo sexual é imputado ao jovem (homem) que vive nas ruas. Em conversas onde se discutia relações sexuais homem-homem, ouvi muitas vezes que uma das razões pelas quais os rapazes tinham de “comer um viado” era porque havia poucas meninas na rua. (Os rapazes nestas histórias sempre desempenham o papel do que penetra; esdranhadamente, todos os homens heterossexualmente identificados têm em comum a experiência de jamais terem sido penetrados.) Estas histórias, como as dos travestis que “enganam” os jovens inexperientes, estão por toda parte. Eu as ouvi de meninos na rua,

de educadores de rua, de administradores de programas e também as li na literatura das "ciências sociais" sobre jovens que vivem nas ruas. Em diferentes contextos, também ouvi dizer, por alguns dos próprios rapazes que me contavam esta mesma história roteirizada e não original, que uma das razões pelas quais preferiam a rua à casa era que havia mais possibilidades sexuais na rua. Curiosamente, viviam e se moviam num ambiente virtualmente apenas masculino, por eles preferido ao ambiente de "casa", mais diferenciado sexualmente (e menos interessante). As duas histórias simplesmente não combinam.

Tais contradições são tão comuns quanto desconcertantes, mas existem muitas maneiras de entender tais histórias. Uma das mais óbvias é que os rapazes que moram e trabalham em ambientes exclusivamente masculinos ou virtualmente masculinos simplesmente tendem a ter encontros sexuais com outros homens. Outra, é que, na verdade, saber da probabilidade de tais encontros pode ser um dos motivos para procurar tais grupos. Já a construção do sexo homem-homem como sendo sintomática de privação social é uma maneira mais complicada. Os rapazes "sabem" que não se supõe que eles façam sexo até casar ou pelo menos até construir algum tipo de relação duradoura. A transgressão à esta regra moral é parte do divertimento das relações sexuais. É ainda mais divertido poder se gabar sobre quantas vezes tais regras são quebradas. Mas o tabu em torno das relações sexuais homem-homem não permite que os homens heterossexualmente identificados se gabem do número de homens com quem fizeram sexo. Tais relações devem ser explicadas de maneira a não identificá-los como homossexuais. Eles se descrevem como sendo apenas situacionalmente homossexuais. E apenas parcialmente—pois na medida em que assumem o papel "masculino" (o que penetra), eles preservam alguma semelhança com uma identidade masculina heterossexual. O grau de elaboração das explicações dadas, mesmo para a penetração anal em outro homem, é um sinal claro da fragilidade da relação entre ato e identidade. Em algum nível, a escolha do parceiro é importante; o fato de dois homens fazerem sexo um com o outro constitui um ato homossexual e tem pelo menos algumas implicações para ambos os atores. O fato de adultos contarem a história sobre como os rapazes que vivem nas ruas são apenas situacionalmente homossexuais fala à ansiedades diferentes. Não se espera somente que os jovens sejam sexualmente inativos até o casamento, espera-se que sejam heterossexualmente inativos. Ser sexualmente ativo é bem ruim, mas haver atividade homossexual implica, e até mesmo exige, uma explicação elaborada.

Dada a complexidade de regras morais, sociais e culturais que cercam as sexualidades de todos os tipos, é difícil deslindar as conexões entre desejo e necessidade, entre vontades, necessidades e as maneiras pelas quais se pode falar delas com os outros. Além do mais, o desejo é inevitavelmente parte de uma economia sexual complexa. E esta economia também funciona no sentido de determinar valor social e autoestima. Os jovens que moram e trabalham nas ruas são sexualmente ativos, e esta atividade nem sempre pode ser atribuída à necessidade de "sobreviver". Na verdade, a própria "sobrevivência" precisa ser redefinida de maneira a incluir a satisfação de necessidades que vão além da mera auto-preservação física. Ter vidas sociais prazerosas, o que inclui a atividade sexual, também pode ser considerado como parte da sobrevivência.

Os jovens obviamente têm necessidades, embora estas sejam construídas tanto de desejos como de precisões. A idéia de que os homens “necessitam” descarregar-se sexualmente, como nas histórias de homens que fazem sexo com outros homens devido à ausência de mulheres, apóia-se em noções socialmente construídas sobre a natureza dos homens e das mulheres. Esta “necessidade” tende à justificar a atividade sexual dos homens. Para as mulheres, a “necessidade” de fazer sexo é muito diferente. Um homem de vida sexual muito ativa é “*machão*”, uma mulher de vida sexual muito ativa é “*puta*”. Estas idéias sobre diferenciação sexual, junto com as que relacionam sexualidade a classe social e raça, servem para estruturar tanto a prática de relações sexuais como as conversas em que aparecem tais práticas. Os homens heterossexualmente identificados descrevem sua atividade sexual em termos de promiscuidade, enquanto as mulheres falam de suas relações sexuais como uma monogamia em série. A maneira pela qual os jovens falam sobre suas vidas sexuais tem à ver com as identidades que querem projetar e assumir. A variedade de possíveis identidades sexuais não se limita apenas à organização social à que pertence o jovem; estas possibilidades também são determinadas pelas filiações—imaginadas ou percebidas—de quem escuta. Ao longo de minha pesquisa, fui tomado por repórter, coordenador de programa, médico, turista, educador, turista sexual e pesquisador. Em muitos casos, as histórias que eu ouvia iam sendo modificadas à medida em que os jovens com quem eu falava faziam perguntas sobre quem eu era e sobre o que eu estava fazendo. Muitas vezes era mais fácil ir além dos relatos roteirizados sobre práticas sexuais quando eu deixava claro que não valorizava em especial o fato de jovens que eu conhecia serem “heterossexuais” ou “bons”. Às vezes isto significava afirmar as práticas sexuais e identidades sociais daqueles que eram considerados mais marginais, como os jovens homossexualmente identificados ou os trabalhadores sexuais. Por exemplo, ao deixar claro que não achava nenhuma graça nas piadas sobre “viados” que são ritualmente contadas por homens supostamente heterossexuais, fiquei marcado como pessoa tolerante e que apoiava os jovens homossexualmente identificados. Isto funcionou tanto no sentido de abrir possibilidades de falar de maneira menos roteirizada sobre práticas sexuais, como no sentido de falar sobre questões relacionadas a HIV/AIDS de maneiras que não necessariamente atribuía culpa ou estigma aos supostos “grupos de risco”.

A construção de categorias sociais serve para estruturar práticas sexuais e sociais, bem como a maneira em que são discutidas, tanto em público como particularmente. Os homens, por exemplo, jamais se identificavam como “heterossexuais”, simplesmente destacavam as diferenças entre sua “normalidade” ou “masculinidade” e a prática sexual pretensamente aberrante dos *viados* ou *bichas*. As mulheres que não ganhavam a vida fornecendo sexo buscavam estabelecer diferenças sociais em relação às que o faziam. Não ouvi muita coisa sobre lesbianismo, tanto porque meu contato com as mulheres era limitado, como porque a maior parte dos discursos sobre mulheres relacionava-se à seu valor como objetos sexuais para homens heterossexuais. No interior deste sistema de diferenciação, não é grande a diferença que separa os jovens que vivem nas ruas dos jovens, ou mesmo dos adultos, que moram em apartamento.

Existe, no entanto, uma categoria que à isto se sobrepõe e que ajuda à determinar o significado das identidades sexual e moral discutidas até

agora; esta categoria é particular à situação econômica e social dos jovens que moram e trabalham nas ruas do Rio. Como já foi discutido em vários pontos deste relatório, a rua tem significados que estendem-se a virtualmente todos os aspectos da organização social.

■ A “rua” como categoria social

Uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos programas que tentam trabalhar com *meninos e meninas de rua* é que o próprio termo liga as pessoas à um espaço moral e social degradado, com o qual ninguém deseja se associar. Como já foi dito, a rua, além de espaço geográfico, é uma esfera moral e social. É na rua onde os vínculos com família, casa e ideologias morais tomam-se comprometidos, são transformados, reinventados. É na rua onde os crimes são cometidos, o lixo é jogado, as prostitutas fazem seu trabalho, e onde as famílias não vivem e onde os pobres entre os pobres vivem. A “rua” é caracterizada por todas as formas de degradação moral, da qual a presença da doença física, especialmente as doenças relacionadas à atividade sexual, é tomada como um claro sinal. Mas é também um espaço que apresenta muitas possibilidades. É um espaço com uma carga sexual distinta. Separada, mas não livre, dos vínculos com as instituições (família, igreja, parentes) que governam a esfera doméstica, a rua torna-se uma zona de transgressão e pecado. Na medida em que oferece os riscos associados à marginalidade, ela também permite o prazer de romper as regras. Da mesma forma em que as idéias de “casa” e “família” definem a legitimidade, a ilegitimidade é uma característica definicional da rua. Claramente, a rua oferece possibilidades muito mais atraentes para quem pode voltar à atmosfera privilegiada da casa. Para os que moram e trabalham nas ruas todo o tempo, a conexão com a rua é muitas vezes de estigma.

■ Os preservativos e a rua

Uma das maneiras pela qual esta distinção fica clara é analisando o que se fala sobre o uso de preservativos. Embora seja apenas um entre muitos meios possíveis de reduzir os riscos à saúde associados a algumas atividades sexuais, ele é o foco de muitas das ansiedades sociais que cercam as relações sexuais. Em primeiro lugar, a maioria dos homens que conheci nas ruas nunca tinha usado preservativo, embora a maior parte tivesse idéia de sua utilidade. A maioria dizia que tinha alguma coisa a ver com evitar filhos, prevenir doenças sexualmente transmissíveis e que era para ser usado por quem fazia sexo com homossexuais, para não “pegar AIDS”. Era de conhecimento comum que os preservativos eram particularmente úteis nas relações sexuais com quem (*viados* e prostitutas) pertencia a grupos percebidos como doentes por sua própria natureza. Também sabiam, mesmo sem nunca ter usado, que reduziam o prazer sexual a ponto de ser, em muitos casos, inviáveis. A ejaculação no interior do corpo do parceiro sexual era tida como parte integral da relação sexual; ejacular fora ou usar preservativo constituía um ato sexual incompleto. Para os receptivos (e isto era verdade tanto para homens como para mulheres), a ejaculação do parceiro era sinal de intimidade e muitas vezes fonte de prazer. O vínculo representado pela ejaculação, bem como o prazer a ela associado, só era dispensável em situações de risco extremamente alto. As maneiras em que os riscos

associados à transação sexual eram calculadas estavam diretamente associadas aos significados morais e sociais da "rua".

A maior parte dos rapazes com quem falei me disse que usaria preservativo com garotas que encontrassem na "rua". Estas garotas associadas à rua eram também associadas a doença, promiscuidade, imoralidade e ilegitimidade social. Mais importante ainda, a rua é associada à prostituição, e as garotas que eles, hipoteticamente, encontrariam na rua, estariam incluídas nesta categoria. A nível de discurso, as relações sexuais decorrentes de encontros com garotas encontradas na rua eram caracterizadas pela curta duração, ausência de qualquer conexão social "legítima" e pelas possibilidades eróticas que ofereciam. Com moças conhecidas na rua, alguns rapazes me disseram, era mais fácil fazer sexo anal, por exemplo, que é tabu com as *namoradas*. A rua fornece espaço para as transgressões morais que podem fazer com que pareça necessário o uso de preservativos, devido a suas associações com risco e doença.

Curiosamente, no entanto, variam muito os significados do termo "rua" e suas implicações nas relações individuais. Muitos dos rapazes heterossexualmente identificados que conheci tinham *namoradas* que conheceram nas ruas e com quem não consideravam necessário usar preservativo. A diferença é que com as *namoradas* tinham relações sociais e afetivas relativamente duradouras. Por outro lado, as moças que conheciam da rua e com quem faziam sexo sem qualquer proteção eram uma fonte regular de sexo. Alguns rapazes tinham *namoradas* tanto na rua como em "casa". Nestes casos as duas não eram igualmente privilegiadas. A da rua, embora não necessariamente uma "puta" não era considerada candidata adequada e apropriada para o casamento ou para uma relação duradoura. Ela não se encaixaria muito bem em "casa", devido ao estigma associado à sua conexão com as ruas. As prostitutas nunca eram descritas como parceiras sexuais regulares (ou seja, habituais), como as *namoradas* da rua, mas muitas vezes as associações com a ilegitimidade social eram as mesmas. Embora as práticas sexuais e os tipos de relações com mulheres na rua e em casa serem idênticas em muitos casos, os dois tipos de parceiras pertencem a categorias distintas. O mais importante é que com ambas se fazia pelo menos algum esforço de manter a mentira da fidelidade. Tal manutenção é um dos elementos mais fundamentais nas relações sexuais heterossexuais. Desta forma, supunha-se que a "legitimidade" social da relação oferecia proteção contra a doença. Todos sabiam que esta crença era simplesmente mentirosa, já que as regras usadas para estabelecer a "legitimidade" social eram facilmente (e oportunisticamente) transformadas.

As moças que conheciam em "casa" não apresentavam os mesmos riscos, presumivelmente porque estavam sob vigilância suficiente para evitar os problemas associados à "promiscuidade" das moças que conheciam na rua, e que eram percebidas como sexualmente fora de controle. A rua é muito associada à falta de controle, em particular sexual. Muitas vezes acham que a rua oferece mais possibilidades sexuais, mas também acham que as parceiras sexuais da rua têm um valor social limitado e oferecem riscos para a saúde. Para as mulheres que trabalham--e especialmente as que moram--na rua, a falta de conexões com instituições que estabelecem a legitimidade social pode levar à estigmatização. A situação é particularmente difícil para as mulheres, que geralmente não têm capacidade de exercer controle

completo sobre suas próprias decisões sexuais e estão sob constante ameaça de violência sexual por parte dos homens. A necessidade de manter uma identidade "legítima" muitas vezes tem precedência sobre o desejo de controlar a gravidez e de prevenir-se contra as doenças sexualmente transmissíveis.

As mulheres que conheci que moravam e trabalhavam nas ruas eram ambivalentes acerca do uso dos preservativos, embora suas idéias também forneçam perspectivas sobre a maneira pela qual a vinculação entre "rua" e "meninos" pode provocar problemas. Uma das observações mais importantes que posso fazer à respeito de meus contatos relativamente limitados é que seu interesse em saber como prevenir doenças sexualmente transmissíveis e, em particular, infecção pelo HIV, era claramente maior do que o interesse dos homens heterossexualmente identificados. Elas obviamente percebiam-se sob risco, de uma maneira que os homens não podiam, ou não queriam admitir na maioria das circunstâncias sociais. A associação entre masculinidade heterossexual e saúde era bem clara: "homem" de verdade não fica doente e não precisa se preocupar com pegar doença com a atividade sexual (ou engravidar, obviamente). Quem tinha de se preocupar eram as mulheres e os homens feminilizados que praticavam o intercurso receptivo com outros homens. A capacidade de divorciar-se de virtualmente todas as questões da saúde sexual e reprodutiva, inclusive a possibilidade de gravidez, era definitivamente um dos privilégios à que os homens heterossexualmente identificados se permitiam. A responsabilidade de tratar destas questões cabia à mulher, ou ao parceiro feminilizado.

A maioria das mulheres que conheci e que eram sexualmente ativas tinham tido pelo menos uma doença sexualmente transmissível, muitas tinham ficado grávidas e destas, quase o mesmo número tinha feito aborto (que são ilegais). Conheciam bem os problemas associados às relações sexuais. Mas também sabiam que o uso de preservativos despersonalizava as relações sexuais com os "namorados" e sugeria que pelo menos um dos parceiros teria sido infiel. Pior ainda: o uso de preservativos sugeria que um dos parceiros poderia ser capaz de transmitir uma doença. A idéia era de que a doença não deveria fazer parte de uma relação ao mesmo tempo afetiva e sexual. A maior parte das mulheres com quem falei sabia que isto não era verdade, que um namorado firme não era nenhuma garantia contra a transmissão de uma DST ou contra a gravidez. Mas sugerir aos parceiros sexuais masculinos que usassem preservativos era muitas vezes um risco grande demais.

Para as moças, pedir a um parceiro para usar preservativo era difícil por muitas razões. Primeiro, é caro e ninguém tem (conseqüentemente, virtualmente ninguém com quem eu tenha falado sabia como usá-lo de maneira correta). Segundo, preservativo é para quando se faz sexo com *putas e viados*, dois grupos com quem elas não se associariam no contexto de uma relação "fiel" com um homem. Viver nas ruas é quase razão suficiente para que os outros as suponham prostitutas; querer usar preservativo poderia simplesmente confirmar os sentimentos tácitos do parceiro. Uma das razões pelas quais as mulheres não têm poder para negociar sua segurança sexual é que qualquer tentativa coloca em risco suas identidades sociais. Uma relação "legítima" com um homem pode trazer algum grau de segurança. Finalmente, o preservativo é visto como uma interrupção do fluxo do que deve ser, no roteiro romântico da

relação sexual, um processo natural (leia-se: sem preservativos), que leva ao orgasmo com ejaculação. O preservativo simplesmente não figura nestas fantasias de romance e êxtase sexual.

Parte de minha pesquisa incluía distribuir preservativos, dizer como usá-los e fazer perguntas sobre o que significava usá-los. Após seis meses falando a grupos de jovens que viviam nas ruas e distribuindo preservativos, pude aprender o que significava ter e usar um preservativo. A primeira e mais importante observação é que a grande maioria dos preservativos era revendida pelos jovens a quem eu dava. Eles pediam preservativos regularmente; após um certo tempo, descobri que estavam vendendo-os às prostitutas que trabalhavam na área. O fato de serem tão rapidamente e tão facilmente comercializáveis tinha várias implicações.

A primeira decorre do fato de serem muito caros, e poucas pessoas têm acesso a preservativos de boa qualidade pelos quais possam pagar. Há uma considerável demanda por preservativos entre os trabalhadores sexuais no Rio, e os jovens da rua, como precisavam de dinheiro, se aproveitavam desta situação. Segunda, a rapidez na venda sublinhava o fato de que os riscos associados à atividade sexual estavam determinados mais pela identidade do que pelos atos. Ou seja, o risco é pelo que você é, mais do que pelo que você faz. O fato de haver jovens que, acredito eu, usavam pelo menos alguns dos preservativos que eu lhes dava afirma este padrão de percepção de risco. Os que acho que usavam eram os mesmos que faziam algum esforço, tanto de aprender a usá-los, como de conhecer outras maneiras de evitar a transmissão de HIV e de outras doenças sexualmente transmissíveis. Na maior parte das vezes, eram também capazes de perceber alguns dos riscos em suas práticas sexuais e muitos conseguiam até falar disso. As mulheres muitas vezes expressavam o mesmo interesse em aprender sobre como se proteger das DSTs e como evitar a transmissão de HIV, mas não tinham o mesmo poder de negociar o uso de preservativo por seus parceiros masculinos.

Ao longo de seis meses, ouvi falar de três casos de gravidez entre mulheres adolescentes que viviam nas ruas e que eu conheci. Embora cada caso tenha uma história muito diferente, os três têm algumas coisas importantes em comum. Eu tinha dado regularmente preservativos à duas das jovens, e elas me diziam que estavam usando. Quando ficaram grávidas, confessaram que nem sempre era assim. Tinham me dito que usavam os preservativos porque achavam que era isso o que eu queria ouvir. Pensavam que se eu soubesse que estavam vendendo-os, eu teria suspeitado de seu bom caráter. Ao longo das discussões que se seguiram, ficou claro que as principais fontes de dificuldades foram os riscos associados à seu uso, bem como uma diminuição do prazer—era assim que percebiam. Os riscos relacionados às delicadas relações que tinham com seus “namorados” firmes, incluindo o risco de violência, tornava difícil o seu uso. Pedir aos namorados para usar preservativo despertaria suspeitas quanto à ambos, colocando em questão tanto o caráter de cada um, como a natureza da própria relação.

■ A informação sobre a HIV/AIDS e a rua

A estruturação social dessas relações também fornece uma estrutura interpretativa para compreender a informação sobre questões relacionadas à sexualidade, inclusive a prevenção contra infecção pelo HIV. Há

mulheres que não querem correr o risco de serem rotuladas de “putas” por pedir informações sobre doenças sexualmente transmissíveis. E podem querer se distanciar ainda mais da idéia de que mantêm relações sexuais com pessoas que podem “ter AIDS”. A capacidade de criar e manter uma ligação sexual e afetiva com um “namorado” pode ser uma marca de *status* entre suas colegas. Não conseguir criar tal relação é às vezes interpretado como sinal de indesejabilidade social e sexual. Na verdade, muitas vezes é necessário que a mulher adolescente tenha um *namorado*, para obter e manter uma posição social no interior de um grupo dominado por homens. Mulheres adolescentes sem namorado correm o risco de ter atribuído o papel de prostituta. Infelizmente, tais relações entre homens e mulheres muitas vezes são tidas como capazes de dar a segurança necessária contra as doenças sexualmente transmissíveis, a infecção pelo HIV, e as conseqüências da gravidez não desejada. Muitas vezes quem tem tal tipo de relação é levado a pensar que suas práticas sexuais não os coloca sob risco de adquirir HIV. Para os homens identificados heterossexualmente, a virilidade sexual, real ou imaginada, traz consigo conotações de *status*, poder e saúde, o oposto da degradação física e social atribuída às pessoas com AIDS. Conseqüentemente, percebem como descabidas as informações sobre como evitar a infecção. Procurar informações sobre como evitar a AIDS pode ser visto como uma dúvida quanto a tais relações e identidades sociais e sexuais.

Virtualmente em todas as minhas conversas sobre HIV/AIDS com jovens que vivem nas ruas, era lugar-comum a confusão à respeito da natureza do HIV, das maneiras pelas quais é transmitido e da diferença entre a infecção pelo HIV e AIDS. A confusão tem várias fontes, muitas delas relacionadas às informações disponíveis sobre “prevenção contra a AIDS”. Acredito que a constante condensação dos termos HIV e AIDS no termo AIDS é uma das principais barreiras para entender a natureza do vírus e da síndrome à ele associada. Não encontrei virtualmente ninguém que soubesse a diferença entre infecção pelo HIV e AIDS. Em conseqüência, para os jovens eram novas as idéias de que a AIDS era uma síndrome que se desenvolve depois, algumas vezes muito depois, da infecção pelo HIV, e de que era impossível “pegar AIDS”. A campanha de prevenção patrocinada pelo governo, que dava informações condensadas (“assim pega”, “assim não pega”) era conhecida por muitos dos jovens. Alguns até mesmo sabiam de cor o que se dizia na televisão e se escrevia nos folhetos. As informações sobre a AIDS e sua prevenção estão chegando a muitos dos jovens que moram e trabalham nas ruas. No entanto, o conteúdo das informações e suas interpretações são muito mais problemáticos.

Os materiais de campanha não faziam nenhuma distinção entre a infecção pelo HIV e a AIDS. Os folhetos e os anúncios avisavam que se podia “pegar AIDS” através de relação sexual com uma “pessoa infectada”, embora os anúncios não especificassem a natureza do agente infeccioso. Presumivelmente, pessoas com AIDS estavam infectadas por AIDS. Claramente, a estratégia para não “pegar AIDS” era evitar relações sexuais com uma “pessoa infectada”. Mas como não há maneira de saber quem está “infectado”, quem visse o anúncio ou lesse o folheto teria de tomar uma decisão sobre que parceiros eram seguros. Como outras doenças familiares aos jovens que vivem nas ruas, supunha-se que a AIDS apresentava sinais e sintomas físicos que poderiam chamar a atenção de um potencial parceiro sexual “bem informado”. Se o outro

apresentasse tais sinais, as relações sexuais deveriam ser evitadas. Supunha-se normalmente que se podia examinar um parceiro sexual em potencial—tanto física como moralmente—para determinar o risco potencial do ato sexual. Por exemplo, um confuso garoto de doze anos que conheci nas ruas da Zona Norte, e que obviamente tinha visto os comerciais patrocinados pelo governo, me disse que “AIDS é quando você diminui o número de parceiros”. Disse ainda que para evitar AIDS a pessoa devia não “ficar comendo viado” ou “comendo travesti”.

A campanha do governo também promovia a idéia de que reduzir o número de parceiros sexuais era uma maneira efetiva de diminuir o risco de “pegar AIDS”. Combinando os três conceitos (a infecção pelo HIV é a mesma coisa que AIDS, a pessoa pode “pegar AIDS” de outra que esteja “infectada” e a redução do número de parceiros é uma maneira diminuir o risco de “pegar AIDS”) é fácil deduzir a estratégia de “redução de risco” mais comum dos jovens que moram e trabalham nas ruas: “escolher os parceiros com mais cuidado”.

Aqui, no entanto, AIDS é interpretada como uma doença moral e física, como adequadamente apontou o garoto de doze anos. “Pegar AIDS” não tem a ver com o que se faz, mas com quem se faz. A transmissão não é explicada em termos de atos, mas de identidades. Os silêncios da campanha ressoam nas identidades sociais de quem parece “ter AIDS”. Como não existe maneira de determinar que parceiros sexuais em potencial são seropositivos ou têm AIDS, o risco é atribuído aos que já se supõe que representem uma ameaça à saúde física e moral: prostitutas e homossexuais. Ambos estão associados à rua, promiscuidade, doença e estigma social. Não importa quantas vezes os especialistas afirmem que não existem “grupos de risco”, eles continuarão a fazer parte da imaginação social. “Escolher os parceiros com mais cuidado” fala claramente ao medo dos “grupos de risco”. Apenas confirma a noção de que o sexo “legítimo” e as relações sociais “legítimas” são imunes à doença. Calcular os riscos associados às práticas sociais é também avaliar o valor social relativo, ou o estigma, de cada parceiro em potencial.

■ A prostituição e os jovens na rua

É necessário fazer pelo menos uma breve menção à prostituição entre os jovens que moram e trabalham nas ruas. Não tanto porque tive muito contato com jovens que trabalham na prostituição, mas porque o tópico em si figura de maneira muito proeminente nas discussões sobre sexualidade e jovens que vivem nas ruas. A prostituição em si é difícil de definir, e difere significativamente de um contexto social para outro. Aceitar presentes, favores ou dinheiro em troca de sexo não é uma prática exclusiva à prostituição. Como já se mencionou, as práticas sexuais ocorrem no interior de uma complexa economia sexual e social. O sexo pode ser fornecido em troca de proteção, favores, bens materiais, para escapar à danos, evitar estigmas, ou ganhar *status* social. Tais trocas não constituem necessariamente prostituição. Mas existe uma diferença entre as pessoas que se vêm como ganhando a vida através do sexo e as que não o fazem.

Prostitutos e prostitutas são distintos, de algumas maneiras, de outros jovens que moram e trabalham nas ruas. Mesmo que sejam legalmente menores, trabalhem nas ruas, muitas vezes durmam nas ruas, eles

apresentam um conjunto diferente de conexões sociais e econômicas e pertencem à um grupo social distinto dos que não vendem sexo. Uma das razões é que a prostituição em si mesma, particularmente a feminina, é tão estigmatizada, que é difícil imaginar prostitutas sentindo-se confortáveis no interior de um grupo abertamente hostil ao que elas são ou ao que elas fazem. Outra razão é que a prostituição em geral exige uma espécie de auto-produção (i.e., é preciso se mostrar atraente) o que significa acesso a recursos que estão além dos meios da maioria das jovens que moram e trabalham nas ruas. Normalmente é preciso a ajuda de intermediários (amigos, contatos ou cafetões) e de outras prostitutas experientes para adquirir o conhecimento e os recursos necessários para trabalhar na prostituição. Não há dúvida que há jovens que moram e trabalham nas ruas e que ocasionalmente se envolvem na prostituição, e que as prostitutas nem sempre pertencem a grupos sociais totalmente separados. Mas, como qualquer tipo de trabalho, a prostituição exige saberes e recursos específicos, que muitos jovens que moram e trabalham nas ruas simplesmente não possuem. Não é verdade que a maioria dos jovens (e isto muitas vezes se diz das mulheres) se envolva na prostituição para sobreviver. É verdade, e é absolutamente verdade para as mulheres, que viver nas ruas sujeita os jovens à possibilidade muito real de abusos sexuais.

Muitas vezes se fala de prostituição e não se fala de abusos sexuais. Embora eu não queira sugerir com isso que prostituição e abuso sexual estejam sempre totalmente separados, acredito que existam algumas distinções críticas entre ambos no que diz respeito aos jovens que vivem nas ruas. Minha experiência é de que muitas vezes os adultos usam as diferenças de poder para obter favores sexuais. Por exemplo, para obter sexo um homem (e virtualmente todos os consumidores de sexo "pago" são homens) pode usar o fato de não viver nas ruas, ter acesso a recursos, ou poder prestar favores especiais. Ouvi casos de jovens que vivem nas ruas, de ambos os sexos, que tiveram relações sexuais com policiais, moradores da área, outros adultos que trabalham nas ruas, educadores de rua, coordenadores de programas destinados aos jovens que vivem nas ruas, membros das equipes das instituições e turistas. Nenhum dos casos foi descrito como um ato de prostituição. As diferenças de poder permitem a essas pessoas "pagarem" pelo sexo sem se envolverem com prostituição. Nestes casos os "clientes" muitas vezes "pagam" simplesmente sendo o que são, sem dar uma quantia combinada por um serviço combinado.

IMPLICAÇÕES E RECOMENDAÇÕES PARA A PREVENÇÃO CONTRA HIV/AIDS

■ Algumas sugestões de futuras pesquisas

Em qualquer população, algumas questões básicas devem ser respondidas antes de se começar um programa de promoção de saúde. Para os programas dirigidos aos jovens que moram e trabalham nas ruas, é preciso uma definição clara do universo hipotético tanto dos jovens que

moram e trabalham nas ruas, como dos grupos que a intervenção pode efetivamente alcançar. Embora o número de jovens que moram e trabalham nas ruas o tempo todo ou parte do tempo seja relativamente pequeno em comparação a outros grupos que se pode querer alcançar em uma campanha de promoção de saúde, tais jovens não pertencem a um grupo homogêneo. Informações sobre suas divisões sociais, e particularmente as relacionadas às práticas sexuais, são críticas para compreender não só sua percepção de risco, como as práticas de risco de todos os jovens que moram e trabalham nas ruas. Após a finalização deste projeto de pesquisa, várias questões permanecem sem solução, embora sejam de grande importância para a formulação de estratégias para evitar a disseminação do HIV entre os jovens em geral e especificamente entre os jovens que vivem nas ruas. Elas incluem:

■ Meninas e mulheres jovens. Acredito que o fato da maioria dos jovens nas ruas ser de homens fala principalmente das divisões de sexo na sociedade. Programas que trabalham com jovens nas ruas têm muito a ganhar caso encontrem maneiras de chegar as meninas e mulheres jovens nas ruas. Aprendi muito pouco sobre meninas e mulheres jovens que viviam em circunstâncias igualmente precárias mas que preferiam não morar ou trabalhar nas ruas. É um erro supor que a maioria dos jovens mais extremamente marginalizados seja de homens. O que existe é uma tendência a definir programas e projetos voltados para as necessidades dos mais visíveis, os jovens encontrados nas ruas, um espaço em si mesmo hostil e perigoso para meninas e mulheres jovens. Elas precisam saber como se proteger contra a infecção pelo HIV, as DSTs e a gravidez indesejada. E também, dada a circularidade do movimento dos jovens de casa para a rua, elas podem desempenhar um papel importante na educação dos membros masculinos da família e de outros contatos sociais que não se importam, não compreendem ou não acreditam nas informações que ouvem nas ruas sobre infecção pelo HIV ou DSTs. As informações sobre HIV e DSTs vindas de pessoas de casa (em oposição à televisão e aos outros meios de comunicação) podem não carregar consigo os estigmas associados à "marginalidade" da vida nas ruas. Pode ser, no entanto, que as mulheres não desejem carregar o peso de educar suas relações sociais masculinas.

■ O uso de meios alternativos para alcançar os jovens que vivem nas ruas. A possibilidade de alcançar os jovens que moram e trabalham nas ruas através de organizações e instituições que têm contatos com eles quando estão em casa, ou antes que saiam de casa, pode ser ainda mais efetiva do que contar apenas com os contatos feitos com os jovens nas ruas. Um dos maiores problemas com os programas destinados aos jovens nas ruas é que sem querer eles geram estigma, ao associar os jovens à marginalidade da rua. É preciso conhecer melhor as maneiras pelas quais a informação é valorizada e circulada. Especificamente, é preciso pesquisar como a fonte (e a apresentação) da informação sobre a sexualidade e a saúde afeta o seu impacto.

■ Drogas injetáveis. Neste projeto de pesquisa aprendi muito pouco sobre práticas quanto a drogas injetáveis. Embora não acredite que seja particularmente comum (a droga que mais se usa é cocaína), sei que existe um silêncio e um estigma em torno dela. Seria útil saber as circunstâncias em que as pessoas decidem usar drogas injetáveis, bem como os contextos sociais em que são injetadas.

■ **Abuso sexual e violência.** É preciso saber mais sobre a incidência da violência e dos abusos sexuais em casa, nas instituições e nas ruas. Relatos de violência sexual são muito comuns entre os jovens que conheci nas ruas e era claramente um dos mais importantes fatores a levar alguns jovens a sair de casa. Em particular, é importante saber como os programas que trabalham com jovens que vivem nas ruas podem ajudar à prevenir ou evitar tais abusos. Também seria útil saber qual o impacto do abuso sexual sobre a capacidade de entender informações sobre sexualidade e saúde e de negociar práticas sexuais mais seguras.

■ **Algumas sugestões quanto à comunicação**

Grupos particulares de jovens que vivem nas ruas, juntamente com a rede ampliada de conexões de cada grupo, fornecem uma rede interpretativa no interior da qual a informação é entendida, interpretada e reproduzida. Isto tem importância para a informação relacionada à prevenção da HIV/AIDS, tanto quanto o contexto mais amplo da filiação institucional e organizacional. É fundamental compreender como e quando as conexões e filiações com organizações e instituições são usadas ou são importantes para entender as informações sobre HIV/AIDS. Estas redes informam sobre os entendimentos de conceitos como "risco" e "segurança". Embora este relatório não tente apresentar um estudo definitivo de como a AIDS é entendida pelos jovens que moram e trabalham nas ruas, ele fala de alguns aspectos importantes da maneira em que a AIDS é entendida nas ruas (tanto pelos "meninos de rua" como por outros).

A AIDS, enquanto doença física, é tipicamente entendida e interpretada em termos explicitamente morais. É vista como manifestação de um caráter ruim, como evidência de que se levou uma existência errante. No caso da AIDS e das doenças sexualmente transmissíveis em geral, a associação é com a rua enquanto espaço social e moral degradado. Conseqüentemente, as pessoas nas ruas (jovens e adultos) muitas vezes descartam as informações sobre AIDS como não aplicáveis ou irrelevantes para elas. Esta negação pública funciona no sentido de evitar o estigma associado às relações sexuais homem-homem e com prostitutas, ou no sentido de dissociar o estigma da AIDS do estigma ligado a morar e trabalhar nas ruas.

A um nível menos público, a compreensão do problema às vezes é muito diferente. As pessoas podem achar, particularmente, que estão sob risco, mas como este carrega consigo um estigma tão forte, pode ser que não sejam capazes de expressar publicamente o seu senso de risco. E tornar público o risco significa, entre outras coisas, procurar informações sobre HIV/AIDS. As comunicações sobre HIV/AIDS devem, entre outras coisas, procurar enfrentar o estigma da AIDS e a negação do risco que decorre de tal estigma.

As seguintes recomendações quanto às comunicações sobre o risco devem ser entendidas contra este pano de fundo. Primeiro, algumas observações gerais sobre os programas de educação sobre sexo mais seguro:

■ Não basta simplesmente distribuir preservativos e passar alguns minutos explicando como usá-los. A equipe do programa deve ter uma

noção muito clara das características dos grupos com os quais atua e das questões específicas que tendem a ser importantes ou relevantes.

■ Os educadores também devem perceber o significado social de “grupos de risco”, reais ou imaginados. A homofobia e o sexismo são questões reais na construção e na percepção do risco. E a equipe deve estar consciente dos preconceitos sociais que dificultam a prevenção efetiva contra a HIV/AIDS. Racismo, preconceitos contra os pobres, sexismo e homofobia estão entre os mais básicos.

■ Não se pode superestimar a importância de um treinamento contínuo da equipe. Ela deve estar qualificada para ensinar os outros sobre redução de risco, e tais qualificações não são necessariamente esotéricas nem exigem anos de educação formal. Pode-se entender virtualmente tudo o que se tem a saber sobre a prevenção contra a infecção pelo HIV sem qualquer instrução formal.

Segue-se uma lista de sugestões para a comunicação de mensagens de prevenção contra a HIV/AIDS:

■ As mensagens devem ter um público-alvo bem definido, mas é preciso tomar o cuidado de evitar rótulos ou estereótipos estigmatizantes. Não é preciso usar o termo “*menino de rua*” ao dirigir mensagens aos jovens nas ruas, embora em certos casos a expressão possa ser apropriada. Deve-se evitar rótulos e imagens que mesmo sem querer geram estigma. É melhor usar imagens e mensagens que mostrem respeito real por eles, apresentando-os numa luz positiva.

■ A linguagem usada para mostrar as informações deve ser apropriada aos grupos a que se destinam, mas não deve ser condescendente ou confusa. Deve-se tomar cuidado no uso da linguagem vulgar, já que isto poderia ser visto como uma tentativa de falar de cima com quem não tem instrução formal. Referências em termos chulos são melhor usadas com propósitos de esclarecimento. Não faz sentido pessoas que não moram e trabalham nas ruas fingirem que falam como se morassem e trabalhassem.

■ Da mesma forma, não se deve supor que os jovens que moram e trabalham nas ruas sejam completamente incapazes de compreender a linguagem usada pelos outros, ou que não tenham consciência das diferenças sociais expressas através do uso da linguagem. Minha experiência com os jovens das ruas sugere que eles preferem mensagens de saúde comunicadas em linguagem mais “própria”. Muitas vezes o impacto e a autoridade da mensagem é maior. Para questões de saúde sexual, uma mensagem reconhecida como “autorizada” (i.e., que usa a terminologia “correta” para as partes e fluidos corporais e para os atos sexuais) algumas vezes são mais valorizadas do que os conselhos de seus iguais, e podem ser levadas mais a sério do que mensagens que usam muita gíria.

■ É uma crença comum (nas ruas) que os serviços destinados aos jovens que vivem nas ruas são inferiores aos que estão disponíveis ao resto da população. Seja ou não verdade, esta crença deve ser levada em consideração na formulação de mensagens de promoção da saúde. É importante que os jovens que vivem nas ruas sejam tão respeitados quanto as pessoas que não vivem nas ruas.

■ As mensagens devem demonstrar respeito pela inteligência dos jovens que vivem nas ruas. Não é correto supor *a priori* que eles não sejam capazes de entender conceitos complexos relacionados à promoção da saúde e à prevenção da doença. Excetuando-se debilidades cognitivas ou estados produzidos pelas drogas, não há nenhuma razão para se acreditar que os jovens que vivem nas ruas não possam entender mensagens de prevenção contra a AIDS que sejam bem formuladas. Toda a informação necessária para entender a natureza do HIV, a maneira pela qual o vírus é transmitido, as formas pelas quais a transmissão pode ser evitada, e a diferença entre infecção pelo HIV e a AIDS pode ser comunicada numa linguagem simples e clara que não exige nenhuma instrução formal para ser entendida.

■ A prática de condensar a infecção pelo HIV e a AIDS em um só termo, AIDS, deve ser seriamente reconsiderada—talvez totalmente evitada. Deve ficar claro que é impossível “pegar AIDS”. As referências ao “teste de AIDS” também devem ser evitadas, já que não existe tal teste. É possível explicar que existe um teste de sangue que pode detectar anticorpos do HIV mas que não pode diagnosticar AIDS. E não é preciso recorrer ao jargão biológico para explicar tais conceitos. Não importa quão inatos sejam estes termos no vocabulário nacional, deve-se fazer esforços para remediar a confusão que geram. Da mesma forma, a palavra “*aidético*” deve, em especial, ser evitada.⁸⁷

■ As mensagens de prevenção não devem fazer pensar que certos grupos sejam responsáveis pela epidemia de AIDS, já que tais associações levam as pessoas a acreditar que grupos identificáveis de pessoas, mais do que atos específicos, são responsáveis pela transmissão do HIV. As mensagens não devem ser moralizadoras. E se existir dúvidas sobre a maneira pela qual uma mensagem possa ser interpretada, é melhor explicitar o que se quer dizer. As mensagens devem ser testadas com membros de outros grupos para se ter certeza de que são entendidas da maneira pretendida.

■ Deve-se fazer um esforço para combater os preconceitos associados à pandemia da AIDS. Mesmo que a maioria das pessoas tenha parado de usar a expressão “grupo de risco”, a idéia ainda existe na imaginação social. No entanto, deve ficar claro que não existe nada na natureza dos homossexuais ou das prostitutas que transmita o HIV, e que associar homossexualidade ou prostituição ao risco de infecção pelo HIV já levou pessoas a supor erroneamente que somente tais grupos podem ser infectados. A idéia de que o importante é como se faz sexo, e não com quem, é crítica para entender como prevenir a transmissão do HIV. É também importante para os que fazem trabalhos de prevenção contra o HIV/AIDS compreender como o sexismo dificulta o sexo mais seguro para as mulheres.

■ As mensagens devem combinar práticas ou crenças específicas com alternativas de promoção de saúde. As práticas de risco devem ser apresentadas de maneira clara e específica, assim como as crenças que fazem com que elas pareçam sensatas. Uma das crenças associadas a práticas de risco é a idéia de que as relações “legítimas” e as práticas sexuais “normais” protegem contra a aquisição do HIV. A idéia de que “escolher os parceiros mais cuidadosamente” é uma maneira de prevenir contra a transmissão por HIV é também uma crença de risco.

■ As alternativas de promoção de saúde devem ser apresentadas de maneira atraente, e sem pedir desculpas. Apesar de que a maioria dos meninos e rapazes que conheci nas ruas do Rio jamais usou um preservativo, virtualmente todos estavam certos de que ele inibia o prazer sexual. Também ouvi de educadores de rua que o preservativo diminuía o prazer mas era uma parte necessária do sexo na era da AIDS. Este tipo de conversa é mais do que simples cumplicidade masculina; comunica a idéia de que na verdade os homens não são responsáveis por seus atos sexuais, mas têm de fazer isto por causa da AIDS. Tais idéias devem ser enfrentadas direta e agressivamente. Os preservativos podem ser apresentados como modernos e chiques. Existem técnicas específicas para ensinar os homens à se acostumar e a gostar de sexo com preservativos, como, por exemplo, masturbar-se com eles. Embora as mulheres devam ter a oportunidade de aprender a negociar o uso do preservativo com seus parceiros masculinos, a responsabilidade por seu uso não pode ser atribuída à elas.

NOTAS

1. Ver o livro "Saber ouvir, saber falar", da BEMFAM, para uma discussão do projeto anterior com o Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.
2. Tais como "prostitutas", "ladrões", "vagabundos", por exemplo.
3. A expressão "educador de rua" refere-se geralmente ao membro da equipe que trabalha na rua de várias maneiras. Os "educadores de rua" não são necessariamente educadores, e seus trabalhos não estão necessariamente relacionados à educação formal.
4. A expressão "grupos de extermínio" é usada para se referir a numerosas formas de violência organizada contra menores que moram e/ou trabalham nas ruas. Muito da violência termina em morte, como o nome sugere. Acredita-se em geral que em suas horas de folga alguns policiais se envolvem nesta forma de terror, mas certamente eles não têm o monopólio da mesma.
5. É quando a polícia toma dinheiro das pessoas pelo privilégio de ocupar espaços públicos.
6. A Escola Tia Ciata é uma escola do governo com um *curriculum* voltado para as necessidades dos jovens que vivem nas ruas ou de outros que não freqüentaram a escola regularmente.
7. "Cazuza" refere-se a um cantor que morreu de AIDS. "Aidético" é um nome muito feio, usado freqüentemente nos meios de comunicação. Não significa "pessoa com AIDS", mas "pessoa que é AIDS". A melhor aproximação em inglês é a palavra "leper", que, mais do que se referir à uma pessoa com hanseníase, serve para estigmatizá-la, definindo sua condição física em termos sociais e morais.